

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR PRESIDENTE DA
COMISSÃO DE LICITAÇÃO.**

Ref. Edital de Credenciamento

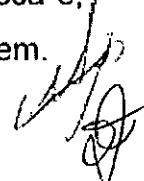
Nº 2010/7420016-CSL (7420)

SISCOM SISTEMA DE COBRANÇA MODULAR LTDA.

empresa de direito privado, com sede na Av. Doutor Rudge Ramos, nº 505, Rudge Ramos, São Bernardo do Campo – SP, CEP 09637-000, inscrita no CNPJ sob o nº 01.550.933.0001/15, vem, tempestivamente, à presença de Vossa Excelência, para interpor o presente **RECURSO**, com base no disposto no artigo 109, inciso I, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e cláusula 10.1. do Edital, em consequência de sua inabilitação do certame, conforme se verificará a seguir.

Através de decisão proferida por esta Comissão, publicada em 27 de janeiro de 2011, a Recorrente tomou conhecimento de sua inabilitação do certame em tela, nos oito lotes para os quais se inscreveu.

A referida inabilitação não veio anunciada de forma expressa e, como corolário, desacompanhada das razões que lhe deram origem.



Destarte, a referida decisão limitou-se, tão somente, a relacionar os licitantes habilitados nos oito lotes não tecendo nenhum comentário acerca dos motivos que levaram a inabilitação dos demais.

Esta postura surge como resultado da inexistência no edital de credenciamento de cláusula exigindo a apresentação destes motivos, contrariando princípios constitucionais, como se verá.

Ao revés, verifica-se tão somente na cláusula 10. 3. que o resultado será publicado no Diário Oficial da União e na sede do CSL, além do prazo para interposição de recursos.

Neste sentido, diante desta omissão inaceitável, os licitantes inabilitados elaboraram consulta junto a esta Comissão para tomar conhecimento das razões que levaram à sua exclusão do certame.

Dentro deste contexto, em relação a empresa Recorrente, a resposta foi oferecida nos seguintes termos:

"Não constava no SICAF cálculo do índice de boa situação financeira e o Balanço patrimonial apresentado não está registrado na Junta Comercial – Atestados válidos apresentados não comprovam a média mensal mínima exigida de clientes em cobrança para UF do lote."

A leitura da decisão reproduzida revela o seu descompasso com as diretrizes estabelecidas pela Constituição Federal, bem como pela legislação de regência, como se procurará demonstrar.

Dentro deste contexto, pode-se concluir, com meridiana clareza, que os princípios mencionados geram seus efeitos sobre autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista.

Assim sendo, inquestionável sua incidência sobre todos os atos praticados pelo Banco do Brasil, tendo em vista sua natureza jurídica de sociedade de economia mista.

Entre os princípios relacionados no dispositivo constitucional destaca-se, em vista das características apresentadas no presente caso, o da publicidade.

Com efeito, em obediência a ele a Administração deverá oferecer transparência em relação a todos os seus atos para que se possa constatar de sua legitimidade para preservação do interesse público.

O desdobramento desse princípio resulta claro em relação a todos os atos promovidos pela Administração, em especial em relação aos processos licitatórios.

De outra banda, importante consignar que o elenco de princípios que comandam a atividade administrativa não se esgota na relação apresentada no *caput* do artigo 37, que se apresenta como meramente exemplificativa.

Destarte, nossa melhor doutrina, ao abordar o tema, apresenta uma série de outros princípios entre os quais destacam-se, em vista



das características do presente caso, os da motivação e da razoabilidade.

Com efeito, sem que o Poder Público apresente as razões que o levaram a editar determinado ato, não se tem como aferir a sua legitimidade para a preservação dos interesses da coletividade.

De outra parte, sem a explicitação destes motivos, não será possível ao Judiciário levar a efeito um controle de legalidade dos atos da Administração.

Como corolário, sem a possibilidade de efetivação deste controle, o Administrador se verá totalmente livre para tomar as decisões que bem entender, sem a menor preocupação com o interesse público que deve preservar.

Em outro dizer, implicaria em conferir a ele um cheque em branco, possibilidade que se revela incompatível com o Estado Democrático de Direito, estampado no artigo inaugural de nossa Constituição.

Não por outra razão nossa doutrina e jurisprudência não titubeiam em apontar a motivação como um dos requisitos de validade de todo e qualquer ato administrativo.

Diante deste cenário, igual importância deve ser atribuída ao princípio da razoabilidade que exige do administrador a edição de atos que apresentem uma pertinência com o interesse público a ser perseguido.



Em outro dizer, exige a comprovação de uma adequação entre meios e fins, vedando-se a imposição, por parte de Administrador, de obrigações em medida superior àquela necessária para o atendimento desta finalidade única.

Assim sendo, cristalina a conclusão segundo a qual os atos editados pela Administração que destoem destas diretrizes apontadas pela Lei Maior, revelam-se inconstitucionais, devendo ser expurgados do ordenamento jurídico.

Dentro deste contexto, resta cristalina a conclusão pela impossibilidade da comissão de licitação subtrair dos licitantes as razões, os motivos que levaram à sua exclusão do certame, por implicar em agressão a estes princípios.

Assim sendo, como se verá, a falta inicial de fundamentação, bem como a resposta a consulta formulada revelam comprometimento aos princípios da motivação, razoabilidade e devido processo legal.

II. DAS DIRETRIZES LEGAIS

A conclusão atingida no item anterior encontra-se robustecida, pois decorre também de expressas disposições legais, consoante se verifica do disposto na Lei nº 9.784/99 que estabelece normas básicas sobre o processo administrativo, no âmbito da Administração Federal.

Neste sentido, com o intuito de oferecer um mínimo de proteção aos direitos dos administrados e balizar os atos editados pela Administração, o legislador asseverou:

"Art. 2º A Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, **motivação**, **razoabilidade**, proporcionalidade, moralidade, **ampla defesa**, **contraditório**, segurança jurídica, interesse público e eficiência.

Parágrafo único. Nos processos administrativos serão observados, entre outros, os critérios de:

(...)

VI - adequação entre meios e fins, vedada a imposição de obrigações, restrições e sanções em medida superior àquelas estritamente necessárias ao atendimento do interesse público;

VII - indicação dos pressupostos de fato e de direito que determinarem a decisão;

VIII - observância das formalidades essenciais à garantia dos direitos dos administrados" (Gn)

Não fossem suficientes as prescrições estabelecidas no artigo 2º, acerca da necessidade de motivação dos atos administrativos, o legislador houve por bem ratificar esta diretriz agora em especial em relação aos concursos públicos, nos termos estabelecidos no artigo art. 50. Confira-se:

"Art 50: Os atos administrativos deverão ser **motivados**, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos, quando:

I - neguem, limitem ou afetem direitos ou interesses

III - decidam processos administrativos de concurso ou seleção pública;"

Inquestionável a incidência do dispositivo legal colacionado para o presente caso, tendo em vista tratar-se de processo de seleção da proposta mais adequada para a preservação de interesses.

Outrossim, tendo em vista que a ausência de motivação das decisões tomadas pela Comissão de licitações acaba por afetar direitos e interesses dos participantes do certame, em especial os relacionados ao exercício do contraditório e da ampla defesa.

Com efeito, não se pode descuidar tratar-se aqui de direito fundamental estampado no artigo 5º, LV da CF, cuja redação a seguir se reproduz:

"Art. 5º. (...)

LV - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;"

Percebe-se, pois, da redação do dispositivo constitucional reproduzido a importância atribuída por nossa Lei Maior à cláusula do devido processo legal, que encontra, no contraditório e na ampla defesa, suas vertentes exponenciais.

Dentro deste contexto, oportuno anotar ter a Constituição Federal atribuído esta importante garantia, inerente ao Estado Democrático de Direito, a todos os litigantes em processos administrativos.

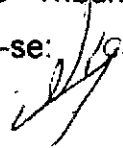
Desta forma, cristalina a conclusão pela necessidade da Administração Pública, através da Comissão de Licitações, motivar todos os seus atos de molde a franquear aos participantes do certame, as razões que os justificaram e, como corolário, a perspectiva de se insurgir em relação a eles, de forma plena.

Em outro dizer, a ausência de motivação acaba não só por tisonar a validade do ato administrativo, como também por comprometer direito fundamental estabelecido pela Constituição, o que não se pode admitir.

Infelizmente, foi exatamente o que se verificou na espécie, como se procurará demonstrar.

III. DA SÚMULA 684 DO STF E SUA APLICAÇÃO PARA O PRESENTE CASO

De outra parte, sobreleva notar que a mesma diretriz já se encontra pacificada no Supremo Tribunal Federal por força do enunciado da **Súmula 684**. Confira-se:



"684. É inconstitucional o veto não motivado à participação de candidato a concurso público."

Desta forma, essa orientação pacificada em nossa Corte Suprema, acaba por inibir atitudes arbitrárias por parte de comissões de concurso em detrimento dos interesses dos candidatos.

Por óbvio, em razão dos princípios constitucionais que permeiam a atividade administrativa, a mesma diretriz tem lugar em se tratando de processos licitatórios.

Portanto, a explicitação por parte da Comissão de Licitação, dos critérios utilizados para a inabilitação de licitantes, representa direito subjetivo, de forma a evitar a prática de arbitrariedades.

Assim sendo, todas as decisões proferidas pela Administração exigem **motivação**, seja qual for a natureza do ato, a fim de possibilitar um controle de legalidade pelo Judiciário, como já se disse.

Aliás, outra não foi a opinião da ilustre Administrativista **Maria Sylvia Zánella Di Pietro**, em sua festejada obra *Direito Administrativo*, 18ª edição, pág. 82. Confira-se:

"O princípio da motivação exige que a Administração Pública indique os fundamentos de fato e de direito de suas decisões. Ele está consagrado pela doutrina e pela jurisprudência, não havendo mais espaço para as velhas doutrinas que discutiam se a sua obrigatoriedade alcançava só os atos vinculados ou só os atos discricionários, ou se estava presente em ambas as categorias. A sua obrigatoriedade se justifica em qualquer tipo

de ato, porque se trata de formalidade necessária para permitir o controle de legalidade dos atos administrativos."

Dessa forma, a motivação dos atos administrativos revela-se de extrema importância, na medida em que é exatamente através dela que estes atos poderão sofrer um controle de legalidade, de forma a evitar a prática de arbitrariedades.

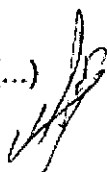
Em outras palavras hoje, dentro de um Estado Democrático de Direito, não há espaço para a prática de atos pela Administração Pública que venham desacompanhados das razões que lhes deram origem.

Assim sendo, todos os licitantes têm direito subjetivo de conhecer as razões, os métodos, os fundamentos e motivos utilizados pela Administração, principalmente quando implicarem em sua exclusão do certame, na fase de habilitação, como ocorreu no presente caso.

IV. DA HABILITAÇÃO TÉCNICA NA LEI Nº 8.666/93

A incidência dos princípios anteriormente anunciados sobre os procedimentos licitatórios revela-se inequívoca, eis que resultante do disposto no artigo 37, inciso XXI, cuja redação a seguir se reproduz:

"Art. 37. (...)



XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. " (GN)

Como se pode observar, a Constituição apenas admitiu que nesta fase da licitação o Poder Público estabeleça somente exigências que se revelem indispensáveis para o cumprimento das obrigações resultantes do futuro contrato.

Em outras palavras, as exigências a serem realizadas pelo Administrador não ficam ao seu livre critério, devendo justificar sua pertinência em vista do objeto licitado.

Neste sentido, a maneira pela qual este dispositivo constitucional trata do tema revela a cristalina intenção do Constituinte de cercar as exigências formuladas pelo Administrador nos Instrumentos convocatórios, de todas as cautelas necessárias de molde a evitar a prática de abusos.

A matéria, como se sabe, foi disciplinada pela Lei nº 8.666/93 em especial, diante das características apresentadas para este caso, pelo artigo 30, cuja redação a seguir se reproduz:

"Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:
I - registro ou inscrição na entidade profissional competente;


II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

§ 1º A comprovação de aptidão referida no inciso II do "caput" deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, limitadas as exigências a;"

A leitura do dispositivo legal colacionado permite entrever que a intenção do legislador encontra-se plenamente compatibilizada com a diretriz apresentada pela Constituição.

Com efeito, entre os requisitos ali estabelecidos, com o objetivo de apurar a capacitação técnica do licitante, para o cumprimento das obrigações resultantes do futuro contrato destaca-se, em vista das características aqui apresentadas, aquele estabelecido no inciso II, em sua parte inicial.

Em outras palavras, estabeleceu a possibilidade de exigência de comprovação de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.



Neste particular, pode-se concluir, com meridiana clareza, a compatibilidade da cláusula 6.1.3.1.3. com a prescrição estabelecida neste dispositivo.

De outra parte, importante consignar que o legislador, no mesmo dispositivo, estabeleceu a necessidade de cumprimento de requisito de natureza subjetiva.

Destarte, prescreveu no § 1º, que a comprovação desta aptidão técnica deverá ser feita por atestados fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que cumpra os requisitos ali estabelecidos.

Percebe-se, pois, que o administrador fica proibido de estabelecer, em relação ao aspecto subjetivo, exigências que não estejam previstas no dispositivo legal e que se revelem desarrazoadas em vista do objeto da licitação.

Neste particular, emerge cristalina a conclusão segundo a qual a única forma de se manter a legalidade da cláusula editalícia em questão, consiste em procurar interpretar seu conteúdo de molde a compatibilizá-lo com a prescrição contida no artigo 30, § 1º.

Assim sendo, a única conclusão sustentável é a de que a indicação das instituições financeiras ali prevista revela-se meramente exemplificativa.

Em outro dizer, em vista do objeto licitado, legítimos também seriam os atestados emitidos por quaisquer pessoas jurídicas de



direito privado, que preenchessem os requisitos fixados pelo legislador.

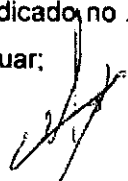
V. A HABILITAÇÃO TÉCNICA NO EDITAL

O edital de credenciamento nº 2.010/74200016- SL (7420) estabeleceu, entre as condições de participação no certame, aquela relacionada ao aspecto técnico nos termos estabelecidos na cláusula 6.1.3.1.3. Confira-se:

"Qualificação Técnica

6.1.3.1.3 a qualificação técnica será comprovada mediante a apresentação de um ou mais atestados emitidos por instituição financeira do tipo Banco Comercial, Banco Múltiplo com Carteira Comercial ou Caixa Econômica, em papel timbrado da pessoa jurídica, comprovando a prestação ininterrupta de serviços de cobrança extrajudicial nos últimos 12 (doze) meses, em cada UF que compõe o(s) lote(s) onde pretende atuar, contendo:

- I. Nome, CNPJ e endereço completo da empresa emitente;
- II. Nome, CNPJ e endereço completo da empresa cobradora;
- III. Descrição dos serviços prestados, incluindo:
 - indicação da(s) UF nas quais a empresa atua em cobrança;
 - número médio mensal de clientes em cobrança na(s) respectiva(s) UF de atuação, no período de 12 (doze) meses anteriores, a contar da data da publicação deste edital, observado o mínimo exigido, indicado no Anexo 4, para o(s) lote(s) em que o interessado deseja atuar;



- período em que a empresa vem prestando o serviço em cada UF citada, sendo exigido, no mínimo, os últimos 12 meses, a contar da data da publicação deste edital;

IV. nome, cargo, telefone e fax do signatário. _____:"

Verifica-se, pois, que a Comissão de Licitações, de forma a aferir a capacitação técnica teve a preocupação de exigir, consoante as diretrizes fixadas tanto pela Constituição como pela lei de regência, a apresentação de atestados de capacitação.

A leitura da cláusula reproduzida permite entrever a necessidade de cumprimento pelos licitantes, para efeito de habilitação, de 8 (oito) exigências.

- 1) os atestados deverão ser emitidos por instituição financeira do tipo Banco Comercial, Múltiplo com Carteira Comercial ou Caixa Econômica;
- 2) os atestados deverão ser emitidos em papel timbrado da pessoa jurídica;
- 3) deverão comprovar a prestação ininterrupta de serviços de cobrança extrajudicial;
- 4) em cada UF que compõem os lotes onde pretende atuar;
- 5) Nome, CNPJ e endereço completo da empresa emitente;
- 6) Nome, CNPJ e endereço completo da empresa cobradora;

7) Descrição dos serviços prestados, incluindo:

- indicação da(s) UF nas quais a empresa atua em cobrança;

- número médio mensal de clientes em cobrança na(s) respectiva(s) UF de atuação, no período de 12 (doze) meses anteriores, a contar da data da publicação deste edital, observado o mínimo exigido, indicado no **Anexo 4**, para o(s) lote(s) em que o interessado deseja atuar;
- período em que a empresa vem prestando o serviço em cada UF citada, sendo exigido, no mínimo, os últimos 12 meses, a contar da data da publicação deste edital;

8) Nome, cargo, telefone e fax do signatário

Dentro deste contexto, diante das oito exigências resultantes da redação da cláusula editalícia, imprescindível que a decisão pela inabilitação de um licitante aponte em qual ou quais delas a documentação apresentada revelou-se inadequada.

Trata-se não de uma faculdade conferida ao Administrador, mas de uma imposição de forma a permitir o cumprimento dos princípios constitucionais apontados, em especial o da motivação, o da razoabilidade e o do devido processo legal e, como corolário, a legitimidade da decisão.

VI. A SUPOSTA INABILITAÇÃO TÉCNICA

Dentro deste contexto, sobreveio a decisão proferida pela Comissão de Licitações indicando, neste particular, a inabilitação da



empresa Recorrente, quanto à sua capacitação técnica, nos seguintes termos:

"Atestados válidos apresentados não comprovaram a média mensal mínima exigida e clientes em cobrança para UF do lote"

A leitura da decisão revela, de forma inequívoca, o seu descompasso com os princípios da motivação e da razoabilidade estabelecidos pela Constituição.

Com efeito deveria, em nome destas diretrizes, bem como do devido processo legal, a Comissão de Licitação ter apontado qual o motivo que autorizou a conclusão pela invalidade de alguns dos atestados de capacitação apresentados por parte da empresa Recorrente.

Mesmo porque, uma passada de olhos pela respectiva cláusula demonstra, de forma cristalina, como já visto, que 8 (oito) são as possibilidades que poderiam surgir como fato gerador do seu descumprimento.

Portanto, resulta dos elementos até este passo colacionados, a inconstitucionalidade da decisão proferida pela Comissão de Licitação em vista da agressão dos diversos princípios constitucionais e legais enunciados.

Com efeito, sem que se aponte qual ou quais dos oito itens foram descumpridos, impossível se cogitar da possibilidade de se

exercer a ampla defesa, conforme previsão estabelecida no artigo 5º, LV, da Constituição.

Sem embargo, em um puro exercício de imaginação, necessário diante da falta de fundamentação, a empresa Recorrente pugna pela regularidade da documentação apresentada, eis que compatível com a cláusula editalícia, em todos os seus itens, como se verá.

VII. DA LEGALIDADE DA DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA

Dentro deste contexto, oportuno anotar que, mesmo diante da falta de fundamentação apresentada na decisão proferida por esta Comissão, que determinou a inabilitação da empresa Recorrente, a documentação por ela oferecida atende regularmente as exigências estabelecidas na cláusula editalícia.

Destarte, como já se disse, uma passada de olhos por sua redação, revela a possibilidade do seu descumprimento por oito razões diferentes, já enunciadas anteriormente.

Destas todas, aquela que poderia ter gerado alguma dúvida, conclusão que se atinge por mero processo de adivinhação, seria aquela relacionada à legitimidade das instituições responsáveis pela apresentação do atestado de qualificação técnica.

É que alguns dos atestados apresentados foram emitidos por financeiras, securitizadoras o que, em um primeiro momento, poderia

gerar contestação por não se tratar, propriamente, de instituição financeira do tipo relacionado no edital, o que se admite apenas para argumentar.

Neste particular, imaginando-se ser esta a suposta irregularidade geradora da inabilitação, sobreleva notar que a decisão proferida por esta Comissão acaba por atingir aos princípios constitucionais da razoabilidade e da legalidade.

Destarte, por força do princípio da razoabilidade, como se disse, a Administração está proibida de estabelecer obrigações em medida superior àquelas estritamente necessárias ao atendimento do interesse público.

Em outro dizer, deve existir uma adequação entre meios e fins, conclusão que não se revela gratuita, uma vez que respaldada por expressa disposição legal, a teor do disposto no artigo 2º, parágrafo único, inciso VI, da Lei Federal nº 9.784/99.

Assim sendo, o não aceite, por esta Comissão, dos atestados oferecidos por financeiras e securitizadoras, revela-se dasarrazoado ainda mais levando-se em consideração que os referidos documentos atestam a capacitação técnica da empresa Recorrente para serviços idênticos aos ora licitados e no prazo também estabelecido no edital.

De outra parte, cumpre relembrar que a Lei nº 8.666/93 em seu artigo 30, § 1º, estabelece que a comprovação da aptidão técnica, em se tratando de licitação, cujo objeto seja a execução de serviços, poderá ser feita por atestados fornecidos por pessoa jurídica de direito

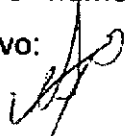
público ou privado que preencha os requisitos ali estabelecidos, como já demonstrado.

Este aspecto assume relevo uma vez que, todos os atestados apresentados pela empresa Recorrente, foram emitidos por pessoas jurídicas que se encaixam, à perfeição, na moldura legal apresentada no artigo 30, §1º, da Lei nº 8.666/93.

Desta maneira, se a inabilitação resultou deste aspecto, o que se admite por mera especulação, impõe-se a sua reforma não só por agressão ao princípio da razoabilidade, mas, também, ao da legalidade uma vez que extrapola os limites fixados no dispositivo legal mencionado e, também, no artigo 37, XXI, da CF.

Neste sentido, aceitos todos os atestados apresentados emerge, como corolário, a necessidade de reforma da decisão guerreada, com a habilitação da empresa Recorrente em todos os 8 lotes para os quais se inscreveu.

Com efeito, neste cenário restariam preenchidas todas as exigências estabelecidas por esta Comissão, no anexo 4 do edital, conclusão que não se revela gratuita, eis que facilmente comprovável através de números, consoante se verifica do seguinte quadro comparativo:



Ordem	Estado	Quantidade	Valor Mínimo	Valor Máximo	Resultado
1	Alagoas e Sergipe	6	7.364	29.242	Qualificado
2	Bahia	13	11.498	77.261	Qualificado
3	Ceará	6	11.862	31.277	Qualificado
4	Maranhão	6	7.282	10.688	Qualificado
5	Paraíba	6	6.853	26.994	Qualificado
6	Pernambuco	6	12.903	77.605	Qualificado
7	Piauí	6	4.637	9.415	Qualificado
8	Rio Grande do Norte	6	6.555	18.260	Qualificado

Destarte, a leitura do quadro reproduzido demonstra, de forma inequívoca, o cumprimento pela empresa Recorrente dos Índices mínimos estabelecidos no edital para os 8 lotes e, por uma larga margem.

De outra banda, mesmo que a inabilitação da empresa Recorrente tenha se verificado pelo não aceite por esta Comissão dos atestados emitidos por financeiras e securitizadoras, contrariando o disposto no artigo 30, § 1º, da Lei nº 8.666/93, como já visto, ainda assim merece reforma a referida decisão.

Destarte, mesmo com o não aceite destes atestados, os números demonstram que a empresa Recorrente estaria habilitada

nos 8 (oito) lotes, consoante se verifica do quadro a seguir reproduzido:

CENTRO DE BANCOS COMERCIAIS E BANCOS MÚLTIPLOS E CAIXAS COMERCIAIS					
Lotes	Região	Quantidade	Valor médio mensal	Valor médio mensal	Resultado
1	Alagoas e Sergipe	6	7.364	28.778	Qualificado
2	Bahia	13	11.498	74.720	Qualificado
3	Ceará	6	11.862	30.622	Qualificado
4	Maranhão	6	7.282	10.425	Qualificado
5	Paraná	6	6.853	26.175	Qualificado
6	Pernambuco	6	12.903	76.853	Qualificado
7	Piauí	6	4.637	9.217	Qualificado
8	Rio Grande do Norte	6	6.555	17.422	Qualificado

Percebe-se, uma vez mais, através da leitura do quadro comparativo apresentado, o cumprimento pela Empresa Recorrente dos requisitos fixados no anexo 4 (quatro) do edital.

Destarte, o número médio mensal mínimo de clientes no período de 12 meses anteriores ao credenciamento ultrapassa em todos os oito lotes, ainda com uma larga margem, os números estabelecidos no edital.

De outro giro, não fosse suficiente a demonstração do cumprimento pela empresa Recorrente dos índices fixados no anexo 4, para justificar a reforma da decisão que a excluiu do certame, outro motivo contribui para a mesma conclusão.

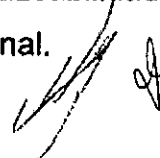
Deveras, não será demasiado consignar que a Recorrente já celebrou ajustes anteriores com o Banco do Brasil, resultantes de procedimentos licitatórios, dos quais sagrou-se vencedora.

Este aspecto revela-se de fundamental importância uma vez que demonstra, às claras, que já se reconheceu anteriormente sua capacidade técnica para a execução destes ajustes.

Outrossim, por imposição lógica, o Banco do Brasil já reconheceu anteriormente a validade destes atestados apresentados pela empresa Recorrente em outros certames, não justificando agora a sua recusa.

Com efeito, a empresa Recorrente foi habilitada em outros dois certames do mesmo padrão: credenciamento nº 2010/6264 (7418) Goiás, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal e credenciamento nº 2010/7419 (7419) Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, lançando mão da mesma documentação, agora impugnada.

Assim sendo, a prevalecer a decisão hostilizada, o que se admite apenas para argumentar, restará demonstrada a falta de padronização e, como corolário, de razoabilidade agredindo, também por este aspecto, princípio Constitucional.



Por derradeiro, sobreleva notar que a decisão ora questionada também ignorou que entre os atestados de capacitação técnica apresentados, encontra-se aquele emitido pelo próprio Banco do Brasil.

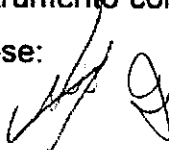
Ora, é bem de ver que se o próprio Banco do Brasil recomenda a empresa Recorrente, incongruente, para se dizer o mínimo, a decisão que ora se procura combater.

VIII. DA INABILITAÇÃO POR AUSÊNCIA NO SICAF DO CÁLCULO DO ÍNDICE DE BOA SITUAÇÃO FINANCEIRA

Neste particular, a empresa Recorrente foi inabilitada em razão da ausência no SICAF do cálculo do Índice de boa situação financeira, decisão que também merece reforma.

Destarte, sobreleva notar em primeiro lugar que a referida decisão simplesmente ignorou a opção feita pela empresa Recorrente de habilitação junto ao Banco e não por meio do SICAF, com lastro nas cláusulas 6.1.1. e 6.2. do edital de credenciamento.

Dentro deste contexto, não se poderia cogitar de inabilitação da empresa recorrente, com lastro em uma opção que não fez estribada em cláusula editalícia, uma vez que implicaria em agressão ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, previsto no artigo 41 da Lei nº 8.666/93. Confira-se:



"Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada."

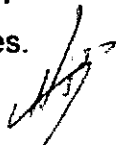
Sem embargo, em que pese revelar-se suficiente o argumento até este passo deduzido, para a reforma da decisão hostilizada, outra linha de raciocínio contribui para a mesma conclusão.

Destarte, ainda que desconsiderando-se a opção feita pela empresa Recorrente, à necessidade de sua habilitação remanesce em vista da não configuração da irregularidade apontada, referente ao cálculo do índice de sua boa situação financeira.

Com efeito, o balanço apresentado pela empresa Recorrente junto ao SICAF tem validade até 30/06/2011, fato esse que pode ser comprovado pela própria consulta que está anexada ao Requerimento de Credenciamento, obtida pela própria comissão de licitação.

Este aspecto assume relevo uma vez que uma passagem de olhos pelo documento noticiado será suficiente para constatar o cumprimento da exigência editalícia.

Outrossim, oportuno consignar que qualquer dúvida que pudesse remanescer em relação a esta conclusão, o que se admite apenas para argumentar, poderia ser facilmente dissipada através de uma simples consulta ao SICAF, providência inerente a Comissão de Licitações.



De toda sorte, de molde a subsidiar a linha de raciocínio aqui apresentada, importante destacar o conteúdo da cláusula editalícia 6.2 Habilitação Junto ao Banco, em especial o item 6.2.1.10. Confira-se:

"6.2.1.10 a comprovação da boa situação financeira do PROPONENTE será baseada na obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, sendo considerada habilitada a empresa que apresentar resultado maior do que 1 (um), em todos os índices aqui mencionados:"

A leitura da cláusula reproduzida demonstra sua compatibilidade com a previsão contida no artigo 31, § 5º da Lei nº 8.666/93, consoante se verifica da sua redação a seguir reproduzida:

"Art. 31. (...)

§5º-A comprovação de boa situação financeira da empresa será feita de forma objetiva, através do cálculo de índices contábeis previstos no edital e devidamente justificados no processo administrativo da licitação que tenha dado início ao certame licitatório, vedada a exigência de índices e valores não usualmente adotados para correta avaliação de situação financeira suficiente ao cumprimento das obrigações decorrentes da licitação.(...)"

Neste particular, não será demasiado registrar que em compasso com o artigo 37, inciso XXI, *in fine*, da Constituição, a lei de regência não deixou dúvidas quanto ao objetivo a ser atingido com a exigência destes índices.



www.scma.com.br

avenida são luís, 165 | 16º andar | cj. 16B
01046-001 | são paulo | sp | 55 11 3257 1424

Deveras, esclareceu de forma transparente prestarem-se eles a comprovação da capacidade financeira do licitante em vista dos compromissos resultantes da celebração e um futuro contrato, a teor do disposto no artigo 31, § 1º. Confira-se:

"Art. 31. (...)

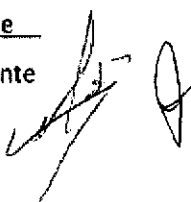
§1º A exigência de índices limitar-se-á à demonstração da capacidade financeira do licitante com vistas aos compromissos que terá que assumir caso lhe seja adjudicado o contrato, vedada a exigência de valores mínimos de faturamento anterior, índices de rentabilidade ou lucratividade. (...)"

A referência aos dispositivos legais justifica-se para demonstrar a legitimidade da cláusula 6.2.1.10. do edital que considera cumprida a exigência ali estabelecida pelo licitante que apresentar resultado maior do 1 (um) em todos os índices ali mencionados, conforme a seguinte fórmula:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$



Dentro deste contexto, aplicando-se a fórmula prevista na cláusula editalícia, aos números apresentados pela empresa recorrente, teríamos o seguinte cenário:

$$LG = \frac{9.630.022,20 + 270.865,12}{8.662.287,87 + 3.983.982,78} = \frac{9.900.887,32}{12.646.270,65} = 0,78$$

$$SG = \frac{13.535.405,22}{8.662.287,87 + 3.983.982,78} = \frac{13.535.405,22}{12.646.270,65} = 1,07$$

$$LC = \frac{9.630.022,20}{8.662.287,87} = \frac{9.630.022,20}{8.662.287,87} = 1,11$$

Dentro deste contexto, sobleva notar que ainda que um dos índices apresentados esteja abaixo de 1,0, a situação da econômica financeira da empresa Recorrente permanece regular, eis que atendendo ao determinado no edital.

Esta conclusão não se revela gratuita, uma vez que encontra arrimo no edital de convocação, em especial no disposto na cláusula 6.2.1.11. Confira-se:

"6.2.1.11 - As empresas que apresentarem qualquer dos índices relativos à boa

situação financeira igual ou menor que 1,00 (um) deverão comprovar possuir patrimônio líquido igual ou superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais). A comprovação será feita mediante apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da legislação em vigor."

A leitura da cláusula editalícia colacionada não deixa dúvidas quanto a alternativa ali apresentada para a comprovação da capacidade financeira dos licitantes.

Deveras, a comprovação de patrimônio líquido igual ou superior ao valor ali apontado, cumprindo-se as demais formalidades ali previstas, acaba por suprir eventuais deficiências em vista do disposto na cláusula 6.2.1.10.

Assim sendo, em razão dos números apresentados pela empresa Recorrente, inquestionável a conclusão quanto ao cumprimento da exigência estabelecida na cláusula 6.2.1.11.

Com efeito, comprovado ficou que o patrimônio líquido da Recorrente apresenta em seu balanço patrimonial, apresentado na forma da legislação em vigor, o montante de R\$ 989.134,57 (Novecentos e oitenta e nove mil cento e trinta e quatro Reais e cinquenta e sete Centavos).

Portanto, muito acima do valor estipulado na cláusula editalícia, demonstrando neste particular sua boa situação financeira e, como corolário, capacidade para o cumprimento de compromissos resultantes do futuro ajuste.

Em síntese, neste particular impõe-se a reforma da decisão guerreada por uma dúplica fundamentação:

- a) por primeiro, tendo em vista que a inabilitação resultou de suposto descumprimento de exigências relacionadas a uma opção que não foi aquela feita pela Recorrente, com lastro em cláusula editalícia, e;
- b) por segundo, em vista da regularidade da situação financeira da Recorrente, ainda que levando-se em consideração a opção feita pela habilitação por meio do SICAF.

**IX. DA INABILITAÇÃO POR AUSÊNCIA DE REGISTRO DO
BALANÇO PATRIMONIAL NA JUNTA COMERCIAL**

Neste particular, a decisão que resultou na inabilitação da empresa Recorrente foi veio nos seguintes termos:

"O Balanço Patrimonial apresentado não está registrado na Junta Comercial."

Dentro deste contexto, a decisão também merece reforma, eis que o Balanço Patrimonial apresentado pela empresa Recorrente atende regularmente as exigências do fisco, bem como dos demais entes públicos.

E nem poderia ser diferente, uma vez que o balanço apresentado demonstra, claramente, a capacidade da empresa Recorrente de cumprir todas as obrigações financeiras resultantes do futuro ajuste, caso saia vencedora.

Não se trata, por óbvio, de conclusão gratuita, eis que lastreada em argumentos sólidos, representados pelo seu ativo, passivo, patrimônio líquido e demonstração positiva de resultado.

Dentro deste contexto, não fossem suficientes os argumentos até este passo deduzidos, para demonstrar o cumprimento pela Recorrente dos termos fixados pela cláusula editalícia, o que se admite apenas para argumentar, instrui este recurso com os termos de abertura e fechamento do livro diário, com o devido registro na junta comercial, em abril de 2010, antes, pois, da publicação de abertura do edital.

De resto, esta providência seria até desnecessária tendo em vista a existência de precedentes estabelecidos pelo próprio Banco do Brasil, aceitando o balanço patrimonial apresentado pela Recorrente em outro certame, sob o nº 2010/6265 (7418).

Outrossim, também causa espécie a inabilitação por outra linha de argumentação.

Destarte, não será demasiado consignar que a Recorrente já celebrou ajustes anteriores com o Banco do Brasil, resultantes de procedimentos licitatórios dos quais sagrou-se vencedora.

Este aspecto revela-se de fundamental importância uma vez que demonstra, às claras, que já se reconheceu, anteriormente, sua boa situação financeira comprovada, inclusive, através do Balanço Patrimonial apresentado.

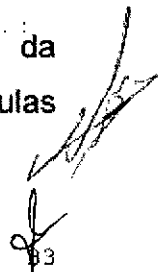
Dentro deste contexto e tendo em vista a inexistência de qualquer outra exigência no item nº 6.1.2.1.9 do presente edital de credenciamento, que pudesse autorizar algum aspecto diferenciador de outros editais já publicados pelo Banco do Brasil, causa espécie a inabilitação da empresa Recorrente.

Por derradeiro, sobreleva notar que a decisão ora questionada também ignorou documento apresentado pela empresa Recorrente, relacionado a uma recomendação oferecida pelo próprio Banco do Brasil.

Ora, é bem de ver que se o próprio Banco do Brasil recomenda a empresa Recorrente, incongruente, para se dizer o mínimo, a decisão que ora se procura combater.

Em face de todo o exposto, pugna a Recorrente pelo acolhimento do presente recurso, com a consequente reforma da decisão guerreada e a habilitação da Recorrente, tendo em vista a agressão aos dispositivos constitucionais anunciados, em especial os da motivação, razoabilidade e devido processo legal.

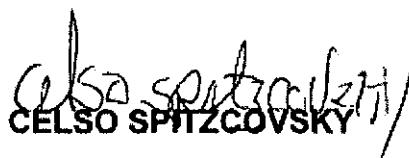
De outra parte, por força da comprovação, através da documentação inicialmente apresentada, de todas as cláusulas



editais, em especial aquelas relacionadas à sua capacitação técnica e financeira.

Termos em que pede deferimento.

São Paulo, 31 de janeiro de 2011.


CELSE SPITZCOVSKY
OAB/SP nº 87.104


JOSEMAR MENDES ROCHA NETO
OAB/PE nº 24.562



PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração, **SISCOM SISTEMA DE COBRANÇA MODULAR LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, com sede a Av. Rudge Ramos, 505, São Bernardo do Campo – SP, inscrita no CNPJ sob o n.º 01.550.933/0001-15, neste ato representada por seu sócio **AURÉLIO SIDARTA YAMAZATO**, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade R.G. n.º 17506005, regularmente inscrito no CPF/MF sob o n.º 088.618.138-01, **nomeia e constitui seus bastantes procuradores**, os Drs. **LUÍS FERNANDO DA SILVA PALUDO**, brasileiro, casado, advogado, regularmente inscrito na OAB/SP sob o n.º 214.045-A, **FABIO AUGUSTO DE SOUZA BORGES**, brasileiro, casado, regularmente inscrito na OAB/RJ sob o n.º 84.802, **ALEXANDRE NIEDERAUDER DE MENDONÇA LIMA** brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil Seção Rio Grande do Sul sob o n.º 55.249 e **JOSEMAR MENDES ROCHA NETO**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/PE nº 24.562, *conferindo-lhes todos os poderes necessários ao foro e, com cláusula ad judicium, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo os Outorgados propor contra quem de direito as ações competentes e defendê-los(as) nas contrárias, inclusive nas esferas administrativas federal, estadual e municipal, seguindo umas e outras até final decisão, usando os recursos legais e acompanhando-os, sendo-lhes conferidos ainda, poderes especiais para confessar, desistir, transigir, firmar compromissos ou acordo, receber e dar quitação, podendo os outorgados agirem em conjunto ou separadamente, podendo ainda substabelecer esta em outrem, com reserva de iguais poderes, bem como sendo-lhes conferidos poderes específicos para proceder ao levantamento de depósito judicial, dando tudo por firme, bom e valioso, para representá-la junto à Comissão de Licitação do Banco do Brasil, especialmente para defender seus interesses inerentes ao Edital de Credenciamento nº 2010.74200016-SL (7420) – Lotes 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07 e 08.*

São Paulo, 28 de Janeiro de 2010.

3º TAB. S. B. C.

SISCOM SISTEMA DE COBRANÇA MODULAR LTDA.
CNPJ N.º 01.550.933/0001-15
AURÉLIO SIDARTA YAMAZATO



S U B S T A B E L E C I M E N T O

Pelo presente instrumento particular **FABIO AUGUSTO DE SOUZA BORGES**, brasileiro, advogado, casado, portador do CPF nº 005.573.307-77, regularmente inscrito na OAB/RJ sob o n.º 84.802 **substabelece com reserva de iguais**, na pessoa do advogado **DR. CELSO SPITZCOVSKY**, inscrito na OAB/SP sob o n.º 87.104, os poderes conferidos pela SISCO M - Sistema de Cobrança Modular Ltda., **especialmente para representá-la junto à Comissão de Licitação do Banco do Brasil, especialmente para defender seus interesses inerentes ao Edital de Credenciamento nº 2010.74200016-SL (7420) – Lotes 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07 e 08.**

São Paulo, 28 de janeiro de 2011.

FÁBIO AUGUSTO DE SOUZA BORGES

OAB/RJ 84.802

Fábio Borges

Kawasaki Advogados Associados

Gerente Jurídico

OAB/RJ. 84802



1º REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
LIMEIRA - SP 7019

Registrado em microfilme sob nº

2º REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
MICROFILME NÚMERO
012114

20ª Alteração Contratual da empresa:
"SISCOM Sistema de Cobrança Modular Ltda."

Pelo presente instrumento, particular e na melhor forma de direito, os
abaixo assinados:

CLAUDIO KAZUYOSHI KAWASAKI, brasileiro, maior, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, advogado, portador da cédula de identidade RG nº 18.315.362-5 SSP/SP, CPF/MF nº 112.086.028-88 e inscrito na OAB/SP nº 122.626, residente e domiciliado na Avenida Fagundes Filho, nº 344 - apto. 64, Vila Monte Alegre, São Paulo, SP, Cep 04304-000, e

AURELIO SIDARTA YAMAZATO, brasileiro, maior, divorciado, analista de sistemas, portador da cédula de identidade RG nº 17.506.005-8 SSP/SP e do CPF/MF nº 088.618.138-01, residente e domiciliado na Avenida Fagundes Filho, nº 470 - apto. 36, Vila Monte Alegre, São Paulo, SP, Cep 04304-000.

Únicos sócios componentes da Sociedade Simples Limitada que gira sob a denominação social de **SISCOM SISTEMA DE COBRANÇA MODULAR LTDA.**, com Contrato Social registrado no 2º Oficial de Registro de Títulos e Documentos de Pessoa Jurídica de São Bernardo do Campo/SP sob nº 009768 em sessão de 16/01/2006, e última alteração contratual registrada sob nº 11500 em sessão de 27/10/2008, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 01.550.933/0001-15, resolvem de pleno e comum acordo alterar o conteúdo de tais documentos, como de fato fica alterado, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Decidem os sócios encerrar as seguintes filiais:

Filial 02 - Rua João Negrão, nº 162 - 5º andar - sala 43, Centro, Curitiba/PR, Cep 80010-200, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 01.550.933/0003-87, com o mesmo ramo de atividade da matriz, sendo destacado o capital social de R\$ 2.000,00 (Dois Mil Reais), capital este destacado da matriz, para os devidos efeitos legais e fiscais.

Filial 17 - Rua Padre Duarte, nº 151 - 15º andar, salas 153, 154 e 155, Centro Empresarial América, Jardim Nova América, Araraquara/SP, Cep 14800-360, com o mesmo ramo de atividade da matriz, sendo destacado o capital social de R\$ 2.000,00 (Dois Mil Reais), capital este destacado da matriz, para os devidos efeitos legais e fiscais.

Filial 18 - Av. Marcelino Pires, nº 1.740, Edifício June, Pilotis, Centro, Dourados/MS, Cep 79801-002, com o mesmo ramo de atividade da matriz, sendo destacado o capital social de R\$ 2.000,00 (Dois Mil Reais), capital este destacado da matriz, para os devidos efeitos legais e fiscais.

Filial 19 - Praça Tancredo Neves, nº 85 - Edifício Conquista Center, sala 407, Centro, Vitória da Conquista/BA, Cep 45100-000, com o mesmo ramo de atividade da matriz, sendo destacado o capital social de R\$ 2.000,00 (Dois Mil Reais), capital este destacado da matriz, para os devidos efeitos legais e fiscais.

Rua Amazonas, 439 - cj. 45
Centro - São Caetano do Sul - SP - CEP 09520-070
Fone: (11) 4223-9900 - Fax: (11) 4223-9801
e-mail: diagrama@diagramacontabil.com.br
site: www.diagramacontabil.com.br

"Em Deliberação dos Sócios"

Praça Alpha Centauro, 54 - Conj. 03 - Centro Coml.
Centauro Center Alphaville - SP - Cep 06541-075
Fone: (11) 4153-8039 / Escritório SP: (11) 4223-9900
e-mail: diagrama@meioffice@tavoja.com.br
site: www.diagramahomeoffice.com.br

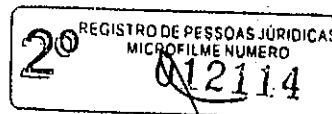
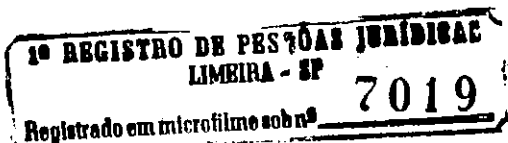
03 DEZ. 2010

SAO BERNARDO DO CAMPO - FONE: 4367-5112
Avenida Senador Vergueiro, 4808 - Rudge Ramos
JOSE CARLOS DE MELO MOURA - Tabelião
AUTENTICAÇÃO

S.B.CAMPO. 03 DEZ. 2010

Autentico a presente carta com a rubrica a qual confere com o original apresentado do qual se trata

☐ Silvana Maria Lavoratto de Almeida
☐ Eduardo Martins de Mello



CLÁUSULA SEGUNDA – Resolvem os sócios alterar o endereço da seguinte filial:

Filial 04 – Rua Ribeiro de Brito, nº 830 – conjuntos 901 a 903, Bairro da Boa Viagem, Recife/PE, Cep 51021-310, passando a ser na Rua Ribeiro de Brito, nº 830 – conjuntos 1.104, 1.105 e 1.106, Bairro da Boa Viagem, Recife/PE, Cep 51021-310.

CLÁUSULA TERCEIRA – Decidem os sócios constituir a seguinte filial:

- Filial com sede na Rua Conselheiro Saraiva, nº 835, Centro, Limeira/SP, Cep 13480-191, com o mesmo ramo de atividade da matriz, sendo destacado o capital social de R\$ 2.000,00 (Dois Mil Reais), capital este destacado da matriz, para os devidos efeitos legais e fiscais.

CLÁUSULA QUARTA – Em decorrência do encerramento e constituição de filiais, resolvem os sócios alterar a numeração, conforme segue:

- Filial com sede na Rua Frederico Simões, nº 98 – Quadra C – lote 02 – salas 1.601 e 1.614 – Edifício Advanced Trade, Bairro Pituba, Salvador/BA, Cep 41820-000, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 01.550.933/0002-04, com o mesmo ramo de atividade da matriz, sendo destacado o capital social de R\$ 4.000,00 (Quatro Mil Reais), capital este destacado da matriz, para os devidos efeitos legais e fiscais, **permanece com a numeração de Filial 01.**

- Filial com sede na Rua Sete de Setembro, nº 54 – 12º/13º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, Cep 20050-009, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 01.550.933/0004-68, com o mesmo ramo de atividade da matriz, sendo destacado o capital social de R\$ 2.000,00 (Dois Mil Reais), capital este destacado da matriz, para os devidos efeitos legais e fiscais, **altera a numeração de Filial 03 para Filial 02.**

- Filial com sede na Rua dos Andradas, nº 1.276 – 7º andar, Centro, Porto Alegre/RS, Cep 90020-008, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 01.550.933/0006-20, com o mesmo ramo de atividade da matriz, sendo destacado o capital social de R\$ 2.000,00 (Dois Mil Reais), capital este destacado da matriz, para os devidos efeitos legais e fiscais, **altera a numeração de Filial 04 para Filial 03.**

- Filial com sede na Rua Ribeiro de Brito, nº 830 – conjuntos 1.104, 1.105 e 1.106, Bairro da Boa Viagem, Recife/PE, Cep 51021-310, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 01.550.933/0005-49, com o mesmo ramo de atividade da matriz, sendo destacado o capital social de R\$ 2.000,00 (Dois Mil Reais), capital este destacado da matriz, para os devidos efeitos legais e fiscais, **altera a numeração de Filial 05 para Filial 04.**

- Filial com sede na Av. Desembargador Moreira, nº 2.120 – salas 1.803 a 1.807, Bairro Aldeota, Fortaleza/CE, Cep 60170-002, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 01.550.933/0007-00, com o mesmo ramo de atividade da matriz, sendo destacado o capital social de R\$ 2.000,00 (Dois Mil Reais), capital este destacado da matriz, para os devidos efeitos legais e fiscais, **altera a numeração de Filial 06 para Filial 05.**

Rua Amazonas, 439 - cj. 45
Centro - São Caetano do Sul - SP - CEP 09520-070
Fone: (11) 4223-9900 - Fax: (11) 4223-9901
e-mail: diagrama@diagramacontabil.com.br
site: www.diagramacontabil.com.br

"Em Defesa do Cliente"

Praça Alpha Centauro, 54 - Conj. 03 - Centro Coml.
Centauro Center Alphaville - SP - Cep 06541-075

Fone: (11) 4153-8039 / Escritório SP: (11) 4223-9900
e-mail: diagramahomeoffice@lavola.com.br FONE: 4367-5922
Site: www.diagramahomeoffice.com.br
Avenida Senador Vergueiro, 4208 - Rudge Ramos
JOSÉ CARLOS DE MELO MOURA - Tabelião
AUTENTICAÇÃO

S.B.CAMPO, 03 DEZ. 2010

Autentico a presente cópia da documentação aqui conferida com o original apresentado do Sr. [nome] [nome]
☐ Silvana Maria Lavoratto de Almeida
☐ Eduardo Martins de Mello



1º REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS

LIMREIRA - SP

7019

Registrado em microfilme sob nº

2º

REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS

MICROFILME NÚMERO

012114

- Filial com sede na Travessa Padre Eutiquio, nº 1.379 - 3º andar, Batista Campos, Belém/PA, Cep 66025-230, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 01.550.933/0008-91, com o mesmo ramo de atividade da matriz, sendo destacado o capital social de R\$ 2.000,00 (Dois Mil Reais), capital este destacado da matriz, para os devidos efeitos legais e fiscais, altera a numeração de Filial 07 para Filial 06.

- Filial com sede na Av. Colares Moreira, Quadra 01, nº 07 - conjuntos 901/902, Bairro Renascença II - Edifício Planta Tower, São Luiz/MA, Cep 65075-441, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 01.550.933/0013-59, com o mesmo ramo de atividade da matriz, sendo destacado o capital social de R\$ 2.000,00 (Dois Mil Reais), capital este destacado da matriz, para os devidos efeitos legais e fiscais, altera a numeração de Filial 08 para Filial 07.

- Filial com sede na Rua Dona Maria Paula, nº 88 - 1º andar, Bela Vista, São Paulo/SP, Cep 01319-000, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 01.550.933/0012-78, com o mesmo ramo de atividade da matriz, sendo destacado o capital social de R\$ 2.000,00 (Dois Mil Reais), capital este destacado da matriz, para os devidos efeitos legais e fiscais, altera a numeração de Filial 09 para Filial 08.

- Filial com sede na Rua da Bahia, nº 916 - conjuntos 1.401/1.402, Centro, Belo Horizonte/MG, Cep 30160-011, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 01.550.933/0014-30, com o mesmo ramo de atividade da matriz, sendo destacado o capital social de R\$ 2.000,00 (Dois Mil Reais), capital este destacado da matriz, para os devidos efeitos legais e fiscais, altera a numeração de Filial 10 para Filial 09.

- Filial com sede na Rua 13 de Maio, nº 2.500 - conjuntos 205 e 206, Centro, Campo Grande/MS, Cep 79002-356, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 01.550.933/0015-10, com o mesmo ramo de atividade da matriz, sendo destacado o capital social de R\$ 2.000,00 (Dois Mil Reais), capital este destacado da matriz, para os devidos efeitos legais e fiscais, altera a numeração de Filial 11 para Filial 10.

- Filial com sede na Rua Afonso Pena, nº 1.969 - 1º andar - sala 101, Aparecida, Uberlândia/MG, Cep 38400-708, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 01.550.933/0016-00, com o mesmo ramo de atividade da matriz, sendo destacado o capital social de R\$ 2.000,00 (Dois Mil Reais), capital este destacado da matriz, para os devidos efeitos legais e fiscais, altera a numeração de Filial 12 para Filial 11.

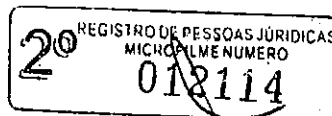
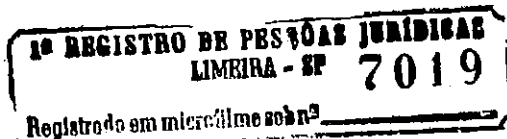
- Filial com sede na Rua Dr. Arthur Martins, nº 63 - térreo, Centro, Sorocaba/SP, Cep 18035-250, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 01.550.933/0017-82, com o mesmo ramo de atividade da matriz, sendo destacado o capital social de R\$ 2.000,00 (Dois Mil Reais), capital este destacado da matriz, para os devidos efeitos legais e fiscais, altera a numeração de Filial 13 para Filial 12.

- Filial com sede na Av. Djalma Batista, nº 3.694 - bloco 2 - loja 6A - Parque 10, Chapada, Manaus/AM, Cep 69050-010, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 01.550.933/0018-63, com o mesmo ramo de atividade da matriz, sendo destacado o capital social de R\$ 2.000,00 (Dois Mil Reais), capital este destacado da matriz, para os devidos efeitos legais e fiscais, altera a numeração de Filial 14 para Filial 13.

Rua Amazonas, 439 - cj. 45
Centro - São Caetano do Sul - SP - CEP 09520-070
Fone: (11) 4223-9900 - Fax: (11) 4223-9901
e-mail: diagrama@diagramacontabil.com.br
site: www.diagramacontabil.com.br

"Em Diagrama Contábil"

Praça Alpha Centauro, 54 - Conj. 03 - Centro Coml.
Centauro Center Alphaville - SP - Cep 06541-075
3 - Fone: (11) 4153-8039 / Escritório SP: (11) 4223-9900
SA - filial: diagramahomeoffice@tavola.com.br | OTAS
Ave site: www.diagramahomeoffice.com.br FONE: 4367-592
JOSÉ CARLOS DE MELO MOURA - Tabelião
AUTENTICAÇÃO
S.B.CAMPO 03 DEZ. 2010 VALOR R\$ 2,10
Autentico a presente com a reprográfica a qual confere com o original apresentado da seguinte forma:
☐ Silvana Maria Lavorato de Almeida
☐ Eduardo



- Filial com sede na Rua Deputado José Lages, nº 972 – salas 1, 2, 3 e 4 – Edifício Empresarial Barão de Mauá, Bairro Ponta Verde, Maceió/AL, Cep 57035-330, com o mesmo ramo de atividade da matriz, sendo destacado o capital social de R\$ 2.000,00 (Dois Mil Reais), capital este destacado da matriz, para os devidos efeitos legais e fiscais, altera a numeração de Filial 15 para Filial 14.

- Filial com sede na Avenida Jockey Club, nº 299 – sala 2 – Cobertura, Bairro Jockey Club, Teresina/PI, Cep 64049-240, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 01.550.933/0019-44, com o mesmo ramo de atividade da matriz, sendo destacado o capital social de R\$ 2.000,00 (Dois Mil Reais), capital este destacado da matriz, para os devidos efeitos legais e fiscais, altera a numeração de Filial 16 para Filial 15.

- Filial com sede na Rua Conselheiro Saraiva, nº 835, Centro, Limeira/SP, Cep 13480-191, constituída neste instrumento, com o mesmo ramo de atividade da matriz, sendo destacado o capital social de R\$ 2.000,00 (Dois Mil Reais), capital este destacado da matriz, para os devidos efeitos legais e fiscais, recebendo a numeração de Filial 16.

CLÁUSULA QUINTA – Decidem os sócios destituir em o Sr. Luis Fernando da Silva Paludo do cargo de **Diretor Financeiro**, passando tal cargo para o Sr. Irineu de Jesus Villares, brasileiro, maior, casado, nascido em 05 de outubro de 1960, portador da cédula de identidade RG nº 9.739.488-9 SSP/SP e do CPF/MF nº 008.605.388-52, residente e domiciliado na Rua Continental, nº 842 – apto. 74, Jardim do Mar, São Bernardo do Campo, SP, Cep 09726-411.

Em virtude das alterações mencionadas nas cláusulas anteriores, decidem os sócios de pleno e comum acordo CONSOLIDAR o Contrato Social, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Contrato Social Consolidado da empresa:
“SISCOM Sistema de Cobrança Modular Ltda.”

Pelo presente instrumento, particular e na melhor forma de direito, os abaixo assinados:

CLAUDIO KAZUYOSHI KAWASAKI, brasileiro, maior, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, advogado, portador da cédula de identidade RG nº 18.315.362-5 SSP/SP, CPF/MF nº 112.086.028-88 e inscrito na OAB/SP nº 122.626, residente e domiciliado na Avenida Fagundes Filho, nº 344 – apto. 64, Vila Monte Alegre, São Paulo, SP, Cep 04304-000, e

AURELIO SIDARTA YAMAZATO, brasileiro, maior, divorciado, analista de sistemas, portador da cédula de identidade RG nº 17.506.005-8 SSP/SP e do CPF/MF nº 088.618.138-01, residente e domiciliado na Avenida Fagundes Filho, nº 470 – apto. 36, Vila Monte Alegre, São Paulo, SP, Cep 04304-000.

Rua Amazonas, 439 - cj. 45
Centro - São Caetano do Sul - SP - CEP 09520-070
Fone: (11) 4223-9900 - Fax: (11) 4223-9901
e-mail: diagrama@diagramacontabil.com.br
site: www.diagramacontabil.com.br

“Em Defesa dos Direitos”

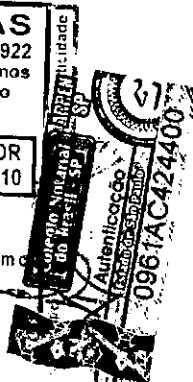
Praca Alpha-Centauro, 54 - Conj. 03 - Centro Com.
Cenlauro Center Alphaville - SP - Cep 08541-0751
Fone: (11) 4153-8038 - Escritório SP: (11) 4223-9900.367-5922
e-mail: diagrama@diagramacontabil.com.br - Rudge Ramos
site: www.diagramacontabil.com.br - MQURA - Tabelião
AUTENTICAÇÃO

S.B.CAMPO,

03 DEZ. 2010

VALOR
R\$ 2,10

Autentico a presente copia reprografica a qual confere com o original apresentado ao qual dou fé.
☐ Silvana Maria Lavoratto de Almeida
☐ Eduardo Martins





1º REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
LIMEIRA - SP 7019

Registrado em microfilme sob nº

REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
MICROFILME NÚMERO
2º 012114

Únicos sócios componentes da Sociedade Simples Limitada que gira sob a denominação social de **SISCOM SISTEMA DE COBRANÇA MODULAR LTDA.**, com Contrato Social registrado no 2º Oficial de Registro de Títulos e Documentos de Pessoa Jurídica de São Bernardo do Campo/SP sob nº 009768 em sessão de 16/01/2006, e última alteração contratual registrada sob nº 11500 em sessão de 27/10/2008, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 01.550.933/0001-15, resolvem de pleno e comum acordo consolidar o conteúdo de tais documentos, como de fato fica consolidado, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - A sociedade gira sob a denominação social de **SISCOM SISTEMA DE COBRANÇA MODULAR LTDA.**

CLÁUSULA SEGUNDA - A sociedade tem sua sede e foro na Av. Doutor Rudge Ramos, nº 505, Bairro Rudge Ramos, São Bernardo do Campo, SP, Cep 09637-000.

CLÁUSULA TERCEIRA - A sociedade possui as seguintes filiais:

Filial 01

Rua Frederico Simões, nº 98 - Quadra C - lote 02 - salas 1.601 e 1.614 - Edifício Advanced Trade, Bairro Pituba, Salvador/BA, Cep 41820-000, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 01.550.933/0002-04, com o mesmo ramo de atividade da matriz, sendo destacado o capital social de R\$ 4.000,00 (Quatro Mil Reais), capital este destacado da matriz, para os devidos efeitos legais e fiscais.

Filial 02

Rua Sete de Setembro, nº 54 - 12º/13º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, Cep 20050-009, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 01.550.933/0004-68, com o mesmo ramo de atividade da matriz, sendo destacado o capital social de R\$ 2.000,00 (Dois Mil Reais), capital este destacado da matriz, para os devidos efeitos legais e fiscais.

Filial 03

Rua dos Andradas, nº 1.276 - 7º andar, Centro, Porto Alegre/RS, Cep 90020-008, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 01.550.933/0006-20, com o mesmo ramo de atividade da matriz, sendo destacado o capital social de R\$ 2.000,00 (Dois Mil Reais), capital este destacado da matriz, para os devidos efeitos legais e fiscais.

Filial 04

Rua Ribeiro de Brito, nº 830 - conjuntos 1.104, 1.105 e 1.106, Bairro da Boa Viagem, Recife/PE, Cep 51021-310, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 01.550.933/0005-49, com o mesmo ramo de atividade da matriz, sendo destacado o capital social de R\$ 2.000,00 (Dois Mil Reais), capital este destacado da matriz, para os devidos efeitos legais e fiscais.

Filial 05

Av. Desembargador Moreira, nº 2.120 - salas 1.803 a 1.807, Bairro Aldeota, Fortaleza/CE, Cep 60170-002, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 01.550.933/0007-00, com o mesmo ramo de atividade da matriz, sendo destacado o capital social de R\$ 2.000,00 (Dois Mil Reais), capital este destacado da matriz, para os devidos efeitos legais e fiscais.

Rua Amazonas, 439 - cj. 45
Centro - São Caetano do Sul - SP - CEP 09520-070
Fone: (11) 4223-9900 - Fax: (11) 4223-9901
e-mail: diagrama@diagramacontabil.com.br
site: www.diagramacontabil.com.br

"Em Defesa do Cliente"

Praça Alpha Centauro, 54 - Conj. 03 - Centro Coml.
Centauro Center Alphaville - SP - Cep 06541-075
Fone: (11) 4153-8039 / Escritório SP: (11) 4223-9900
e-mail: diagramahomeoffice@tavola.com.br
Avenida Rudge Ramos, nº 4198 - Rudge Ramos
JOSE CARLOS DI MELO MOURA - Tabelião
AUTENTICAÇÃO

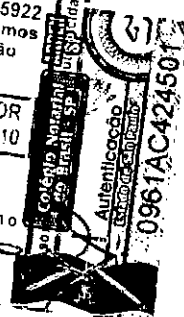
S.B.CAMPO

03 DEZ. 2010

VALOR
R\$ 2.10

Autentico a presente contra reprografia a qual confere com o original apresentado.

☐ Silvana Maria Lavorato de Almeida
☐ Eduarda Martins de Almeida





1º REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
LIMEIRA - SP 7019

Registrada em microfilme sob nº

2º REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
MICROFILME NÚMERO
012114

Filial 06

Travessa Padre Eutiquio, nº 1.379 - 3º andar, Batista Campos, Belém/PA, Cep 66025-230, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 01.550.933/0008-91, com o mesmo ramo de atividade da matriz, sendo destacado o capital social de R\$ 2.000,00 (Dois Mil Reais), capital este destacado da matriz, para os devidos efeitos legais e fiscais.

Filial 07

Av. Colares Moreira, Quadra 01, nº 07 - conjuntos 901/902, Bairro Renascença II - Edifício Planta Tower, São Luiz/MA, Cep 65075-441, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 01.550.933/0013-59, com o mesmo ramo de atividade da matriz, sendo destacado o capital social de R\$ 2.000,00 (Dois Mil Reais), capital este destacado da matriz, para os devidos efeitos legais e fiscais.

Filial 08

Rua Dona Maria Paula, nº 88 - 1º andar, Bela Vista, São Paulo/SP, Cep 01319-000, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 01.550.933/0012-78, com o mesmo ramo de atividade da matriz, sendo destacado o capital social de R\$ 2.000,00 (Dois Mil Reais), capital este destacado da matriz, para os devidos efeitos legais e fiscais.

Filial 09

Rua da Bahia, nº 916 - conjuntos 1.401/1.402, Centro, Belo Horizonte/MG, Cep 30160-011, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 01.550.933/0014-30, com o mesmo ramo de atividade da matriz, sendo destacado o capital social de R\$ 2.000,00 (Dois Mil Reais), capital este destacado da matriz, para os devidos efeitos legais e fiscais.

Filial 10

Rua 13 de Maio, nº 2.500 - conjuntos 205 e 206, Centro, Campo Grande/MS, Cep 79002-356, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 01.550.933/0015-10, com o mesmo ramo de atividade da matriz, sendo destacado o capital social de R\$ 2.000,00 (Dois Mil Reais), capital este destacado da matriz, para os devidos efeitos legais e fiscais.

Filial 11

Rua Afonso Pena, nº 1.969 - 1º andar - sala 101, Aparecida, Uberlândia/MG, Cep 38400-708, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 01.550.933/0016-00, com o mesmo ramo de atividade da matriz, sendo destacado o capital social de R\$ 2.000,00 (Dois Mil Reais), capital este destacado da matriz, para os devidos efeitos legais e fiscais.

Filial 12

Rua Dr. Arthur Martins, nº 63 - térreo, Centro, Sorocaba/SP, Cep 18035-250, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 01.550.933/0017-82, com o mesmo ramo de atividade da matriz, sendo destacado o capital social de R\$ 2.000,00 (Dois Mil Reais), capital este destacado da matriz, para os devidos efeitos legais e fiscais.

Filial 13

Av. Djalma Batista, nº 3.694 - bloco 2 - loja 6A - Parque 10, Chapada, Manaus/AM, Cep 69050-010, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 01.550.933/0018-63, com o mesmo ramo de atividade da matriz, sendo destacado o capital social de R\$ 2.000,00 (Dois Mil Reais), capital este destacado da matriz, para os devidos efeitos legais e fiscais.

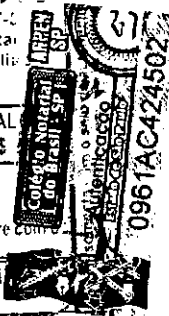
Rua Amazonas, 439 - cj. 45
Centro - São Caetano do Sul - SP - CEP 09520-070
Fone: (11) 4223-9900 - Fax: (11) 4223-9901
e-mail: diagrama@diagramacontabil.com.br
site: www.diagramacontabil.com.br

"Em Devidos Efeitos Legais e Fiscais"

Praça Alpha Centauro, 54 - Conj. 03 - Centro Coml.
Centauro Center Alphaville - SP - Cep 06541-075
Fone: (11) 4153-8039 / Escritório SP: (11) 4223-9900
e-mail: diagramahomeoffice@lavola.com.br
site: www.diagramahomeoffice.com.br - FONE: 4367-
SAU BERNARDO - SP
Avenida Senador Vergueiro, 4808 - Rudge Rai
JOSE CARLOS DE MELO MOURA - Tabelião
AUTENTICAÇÃO

S.B.CAMPO. 03 DEZ. 2010

Autentica a presente com a cartografia a qual confere com o original autenticado, por quem se fe
☐ Silvana Maria Lavoratto de Almeida
☐ Eduardo Martins de Mello





1º REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
LIMBEIRA - SP 7019
Registrado em microfilme sob nº 9

2º REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
MICROFILME Nº 012114

CLÁUSULA NONA – A administração e gerência da sociedade são exercidas pelos sócios-administradores e pelos administradores não-sócios, na qualidade de Diretor Presidente e Diretor Financeiro, podendo assinar individualmente, inclusive nos casos de delegação de poderes, ou a cassação dos já conferidos, exceto nos casos de aquisição e alienação de imóveis, onde serão exigidas as assinaturas em conjunto. Também será exercido pelos diretores designados que sempre assinarão em conjunto.

Parágrafo único – A sociedade também poderá ser administrada, além dos sócios-administradores, por administradores não sócios, na qualidade de Diretor Presidente e Diretor Financeiro.

CLÁUSULA DÉCIMA – Os sócios-administradores designam o Sr. Irineu de Jesus Villares, brasileiro, maior, casado, nascido em 05 de outubro de 1960, portador da cédula de identidade RG nº 9.739.488-9 SSP/SP e do CPF/MF nº 008.605.388-52, residente e domiciliado na Rua Continental, nº 842 – apto. 74, Jardim do Mar, São Bernardo do Campo, SP, Cep 09726-411, para ocupar o cargo de Diretor Financeiro.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA – Os sócios-administradores designam o Sr. Emílio Yamada, brasileiro, maior, casado, natural de São Paulo/SP, nascido em 08 de dezembro de 1959, portador da cédula de identidade RG nº 10.690.628-8 SSP/SP e do CPF/MF nº 010.527.688-06, residente e domiciliado na Av. Damasceno Vieira, nº 820 – apto. 113, Jabaquara, São Paulo/SP, Cep 04363-040, para ocupar o cargo de Diretor Presidente.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA – Os administradores não sócios terão os mesmos poderes dos sócios-administradores, assinando sempre em conjunto, limitados aos interesses financeiros até R\$800.000,00 (Oitocentos Mil Reais), sendo que para valores superiores será necessária a assinatura de pelo menos um dos sócios-administradores, exceto quando se tratar de bens imóveis, onde será necessária a assinatura de ambos.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – Somente os sócios-administradores terão direito a uma retirada mensal para suas despesas particulares, a título de "pro-labore", numa quantia a ser fixada de comum acordo entre os sócios obedecendo, todavia, os limites legais.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA – É vedado aos sócios, o uso da denominação social em negócios alheios aqueles do objeto social, e na prática de atos a estes não inerente, sendo os mesmos responsabilizados nos termos da Lei Civil.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA – O exercício social será iniciado em 01 de janeiro e terminará em 31 de dezembro de cada ano civil, data em que será levantado um Balanço Geral, observadas as prescrições legais pertinentes, sendo os resultados então apurados retidos junto à sociedade ou tendo o destino que lhes for determinado por quotista(s) representando a maioria absoluta do capital social.

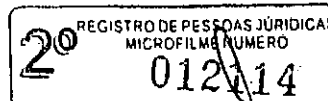
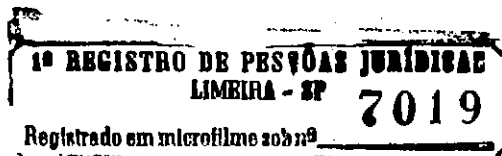
Parágrafo primeiro – Os lucros ou prejuízos apurados serão distribuídos ou suportados pelos sócios na proporção de sua participação no capital social.

Rua Amazonas, 439 - cj. 45
Centro - São Caetano do Sul - SP - CEP 09520-070
Fone: (11) 4223-9900 - Fax: (11) 4223-9901
e-mail: diagrama@diagramacontabil.com.br
site: www.diagramacontabil.com.br

"Em Delegação de Assinatura"

Prça Alpha Centauro, 54 - Conj. 03 - Centro Coml.
Centauro Center Alphaville - SP - Cep 06541-075
Fone: (11) 4153-8039 / Escritório SP: (11) 4223-9900
e-mail: diagrama@diagramacontabil.com.br
site: www.diagramacontabil.com.br

NOTAS
FONE: 4367-2222
RUGER RUGER
CARLOS DE MELO MOURA - Tabelião
AUTENTICAÇÃO
S.B.CAMPO. 03 DEZ. 2010
VAL R\$ 2
Autentico a presente copia com a original a...
Silviana
Eduardo M. de Almeida



Parágrafo segundo – Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administrador(es) quando for o caso. (arts. 1.071 e 1.072, § único e 2º, e art. 1.078, CC/2002)

Parágrafo terceiro – O exercício social poderá ter duração inferior a 1 ano, e deverá se iniciar no 1º dia de cada período, encerrando-se no último.

Parágrafo quarto – A sociedade poderá, a qualquer tempo, a critério dos quotistas, levantar balancetes parciais e demonstrações financeiras intermediárias, bem como distribuir lucros apurados, observadas as limitações legais, e ainda distribuir lucros com base nos lucros acumulados ou reservas de lucros constantes do último balanço patrimonial e de apuração da situação econômico-financeira, tendo os resultados então apurados o destino que lhes for determinado por quotista(s) representando a maioria absoluta do capital social.

Parágrafo quinto – A sociedade simples limitada poderá ter regência supletiva pelas normas da sociedade anônima, conforme previsto no parágrafo único do Art. 1.053 do CC/2002.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEXTA – A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

CLÁUSULA DÉCIMA-SÉTIMA – No caso de falecimento de um dos sócios, a sociedade reputa-se dissolvida, não extinguindo-se, no entanto os negócios, o qual poderá continuar mediante um novo contrato, desde que haja acordo entre os herdeiros do sócio falecido, em caso contrário, os haveres deste último apurados regularmente através de balanço geral que será procedido 90 (noventa) dias após o falecimento, podendo ser pago em comum acordo entre os sócios remanescentes e os herdeiros do sócio falecido. Se houver prejuízos, os herdeiros ficarão obrigados a pagá-lo nos mesmos prazos e condições acordados.

CLÁUSULA DÉCIMA-OITAVA – Obrigam-se os contratantes por si ou por seus herdeiros a cumprir e/ou fazer as disposições aqui contratadas de livre e espontânea vontade.

CLÁUSULA DÉCIMA-NONA – No caso de liquidação da sociedade, os sócios nomearão entre si um liquidante com poderes para praticar os atos necessários em consonância com as leis vigentes.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – Os sócios e administradores declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

CLÁUSULA VIGÉSIMA-PRIMEIRA – Fica eleito o foro da Comarca de São Bernardo do Campo/SP para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas do presente Contrato Social, com a exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Rua Amazonas, 438 - cj. 45
Centro - São Caetano do Sul - SP - CEP 09520-070
Fone: (11) 4223-9900 - Fax: (11) 4223-9901
e-mail: diagrama@diagramacontabil.com.br
site: www.diagramacontabil.com.br

"Em Dúvida confirmada"

Praça Alpha Centauro, 54 - Conj. 03 - Centro Coml.
Centauro Center Alphaville - SP - Cep 06541-075
Fone: (11) 4153-8039 / Escritório SP: (11) 4223-9900

e-mail: diagramahomeoffice@lavola.com.br
site: www.diagramahomeoffice.com.br
SAO BERNARDO DO CAMPO - FONE: 4367-5922
Avenida Senador Vergueiro - 3115 - Rudge Ramos
JOSÉ CARLOS DE MELO MOURA - Tabelião
AUTENTICACAO

S.B.CAMPO,

03 DEZ. 2010

VALO
R\$ 2

Autentico a presente cópia da presente e a conferência original apresentada do que consta

☐ Silvana Maria Lavoratto de Almeida
☐ Eduardo Martins de Mello



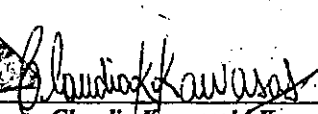



1º REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
LIMBEIRA - SP 7019
Registrado em microfilme sob nº

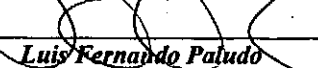
2º REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
MICROFILME NÚMERO
012114

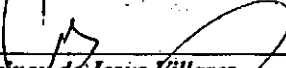
E, por assim estarem corretos, justos e contratados, mandaram lavrar o presente instrumento em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, assinadas e testemunhadas na forma da lei, para um só fim.


São Bernardo do Campo, 25 de novembro de 2009.

1ª TAB. S. B. C. 
Claudio Kazuyoshi Kawasaki
RG nº 18.315.562-5 SSP/SP

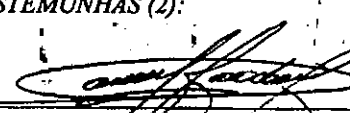
2ª TAB. S. B. C. 
Aurelio Sidarta Yamazato
RG nº 17.506.005-8 SSP/SP

3ª TAB. S. B. C. 
Luis Fernando Paludo
RG nº 10.465.200-92 SSP/RS
Diretor Financeiro destituído

4ª TAB. S. B. C. 
Irineu de Jesus Villares
RG nº 9.739.488-9 SSP/SP
Diretor Financeiro

5ª TAB. S. B. C. 
Emílio Yamada
RG nº 10.690.628-8 SSP/SP
Diretor Presidente

TESTEMUNHAS (2):


Paulo Tadeu Franco de Godoi
CRC-SP nº 1SP137348/O-0
RG nº 12.474.757-7 SSP/SP


Claudia Regina Bertolone
RG nº 22.492.320-1 SSP/SP

4º TAB. DE NOTAS

4º TAB. DE NOTAS 
Celso Luiz Gomes
RG nº 176.456

4º TAB. DE NOTAS

Rua Amazonas, 438 - cj. 45
Centro - São Caetano do Sul - SP - CEP 09520-070
Fone: (11) 4223-8900 - Fax: (11) 4223-9901
e-mail: diagrama@diagramacontabil.com.br
site: www.diagramacontabil.com.br

"Em Duas Vias Copiadas"

3º TAB. DE NOTAS

Praca Alpha Centauro, 54 - Conj. 03 - Centro Coml.
Centauro Center Alphaville - SP - Cep 06541-075
Fone: (11) 4153-8039 / Escritório SP: (11) 4223-9900
e-mail: diagramahomeoffice@lavola.com.br Rudge Ramos
site: www.diagramahomeoffice.com.br Tabela

S.B.CAMPO 03 DEZ. 2010 VALOR R\$ 2,10

Autentico a presente copia reprodutiva a qual confere com o original apresentado ao que sou fe

☐ Silvana Maria Lavoratto de Almeida
☐ Eduardo Martins de Mello

0961AC424506



1º Oficial de Registro de Imóveis de Limeira

(Títulos e Documentos, Civil de Pessoas Jurídicas e 1º Tabelião de Protesto de Letras e Títulos)

COMARCA DE LIMEIRA

ESTADO DE SÃO PAULO

1º REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
LIMEIRA - SP 7019

Registrado em microfilme sob nº

PESSOAS JURÍDICAS

1º SERVIÇO DE REGISTRO DE IMÓVEIS E ANEXOS

Apresentado e Registrado em Microfilme no Livro A-1 de
Registro de Pessoas Jurídicas, sob nº

17 FEV 2010

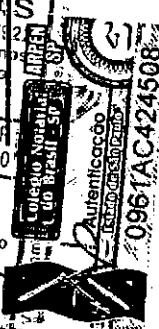
7019

Limeira, _____

BENEDICTO LAZARO DOS SANTOS
ESCREVENTE DO
1º REGISTRO DE IMÓVEIS E
ANEXOS DE LIMEIRA - SP
REGISTRO DE TÍTULOS
E DOCUMENTOS

1º REGISTRO DE IMÓVEIS E ANEXOS	
Valor cobrado pelo	R\$ 2,10
Ao Serventário	R\$ 651,62
Ao Estado	R\$ 185,22
Ao IPESP	R\$ 137,19
Ao Reg. Civil	R\$ 34,30
Trib. Justiça	R\$ 34,30
TOTAL	R\$ 1.042,63
SELOS RECOLHIDOS POR GUIA	
RECIBO	

3º TABELIAO DE NOTAS
SÃO BERNARDO DO CAMPO - FONE: 4367-5822
Avenida Senador Vergueiro, 4808 - Rudge Ramos
JOSÉ CARLOS DE MELO MOURA - Tabelião
AUTENTICAÇÃO
S.B.CAMPO, 03 DEZ. 2010 VALOR R\$ 2,10
Autentico a presente copia renografica a qual confere com o
original apresentado do que dou fe.
☐ Silvana Maria Lavoratto de Almeida
☐ Eduardo Martins de Mello



CREDENCIAMENTO N.º 2010/74200016-SL(7420) Centro de Serviços de Logística Recife(PE); OBJETO: Credenciamento de pessoas jurídicas para a prestação de serviços de cobrança extrajudicial de dívidas nos estados de AL e SE, BA, CE, MA, PB, PE, PI e RN; HABILITADAS: Lote 1: 1º Bandeira Advogados Associados, 2º Garantia Serviços Ltda, 3º Paschoalotto Serviços Financeiros Ltda, 4º Exponencial Serviços Consultoria e Assessoria Ltda, 5º Ativa Administradora e Recuperadora de Créditos Financeiros Ltda, 6º Cerc cred-Central de Recuperação de Créditos Ltda, 7º Csu Cardsystem S/A, 8º Cobanco Cobrança Bancária e Comercial Ltda, 9º Meta Assessoria Cobranças e Representações Ltda, 9º Nobre Cobranças Consig Ass e Marketing em Vendas Ltda; Lote 2: 1º Audac Serviços Especializados de Cobranças e Atendimento Ltda, 2º Bandeira Advogados Associados, 3º Bureaux de Negócios e Serviços Ltda, 4º Fiducial Consultoria e Serviços Financeiros Ltda, 5º Feedback Cobrança Brasil Ltda, 6º Paschoalotto Serviços Financeiros Ltda, 7º Cobanco Cobrança Bancária e Comercial Ltda, 8º Brecht Souza Assessoria Empresarial Ltda, 9º Ativa Administradora e Recuperadora de Créditos Financeiros Ltda, 10º Cerc cred-Central de Recuperação de Créditos Ltda, 11º Csu Cardsystem S/A, 12º Acred Assessoria de Crédito e Serviços Ltda, 12º Castro Costa - Assessoria, Locação e Cobrança Ltda, 12º Cobresp Serviços de Crédito e Cobranças Ltda, 12º M S Menezes Recuperação de Créditos Ltda; Lote 3: 1º Bandeira Advogados Associados, 2º Bureaux de Negócios e Serviços Ltda, 3º Feedback Cobrança Brasil Ltda, 4º Garantia Serviços Ltda, 5º Paschoalotto Serviços Financeiros Ltda, 6º Servcob- Serviço de Recuperação de Créditos e Cobranças Ltda, 7º Cerc cred-Central de Recuperação de Créditos Ltda, 8º Csu Cardsystem S/A, 9º Duplicar Cobrança Empresarial S/S Ltda, 10º Prisma Serviços de Cobranças Ltda - EPP, 11º Solução Ltda, 12º Yuri Ranieri A Aquino - EPP; Lote 4: 1º Bureaux de Negócios e Serviços Ltda, 2º Bandeira Advogados Associados, 3º Ativa Administradora e Recuperadora de Créditos Financeiros Ltda, 4º Paschoalotto Serviços Financeiros Ltda, 5º Cabral Marques, Ferraz & Silva-Advogados Associados, 5º Sisad-Sistemas Administrativos Ltda, 7º Cerc cred-Central de Recuperação de Créditos Ltda, 8º Csu Cardsystem S/A, 9º Êxito Cobranças Ltda; Lote 5: 1º Bandeira Advogados Associados, 2º Feedback Cobrança Brasil Ltda, 3º Garantia Serviços Ltda, 4º Servcob-Serviço de Recuperação de Créditos e Cobranças Ltda, 5º Paschoalotto Serviços Financeiros Ltda, 6º Cerc cred-Central de Recuperação de Créditos Ltda, 7º Csu Cardsystem S/A, 8º Jlg Prestação de Serviços Ltda; Lote 6: 1º Bandeira Advogados Associados, 2º Bureaux de Negócios e Serviços Ltda, 3º Feedback Cobrança Brasil Ltda, 4º Garantia Serviços Ltda, 5º Paschoalotto Serviços Financeiros Ltda, 6º Servcob-Serviço de Recuperação de Créditos e Cobranças Ltda, 7º Multiplic Recuperação de Créditos Ltda; Lote 7: 1º Bureaux de Negócios e Serviços Ltda, 2º Bandeira Advogados Associados, 3º Paschoalotto Serviços Financeiros Ltda, 4º B.M.P. Reis Lima, 5º Cerc cred-Central de Recuperação de Créditos Ltda, 6º Csu Cardsystem S/A, 7º Get Cobrança Ltda; Lote 8: 1º Bandeira Advogados Associados, 2º Paschoalotto Serviços Financeiros Ltda, 3º Diógenes Paiva Negócios e Serviços Ltda, 4º Intercred Assessoria e Cobrança Ltda, 5º Csu Cardsystem S/A, 6º Exponencial Serviços Consultoria e Assessoria Ltda; a partir desta data os autos do processo estão com vista franqueada
MARIA JUCIANE RIBEIRO ALVINO ROSSATO
Presidente da Comissão de Licitação

Segue estudo comprovando a qualificação técnica:

EDITAL DE CREDENCIAMENTO N.º 2010/74200016-SL(7420) - CSL RECIFE

Lotes	Regiões	Empresas	Número médio de clientes exigidos	Cartas - Bancos, Financeiras e outros	Resultado
1	Alagoas e Sergipe	6	7.364	29.242	Qualificado
2	Bahia	13	11.498	77.261	Qualificado
3	Ceará	6	11.862	31.277	Qualificado
4	Maranhão	6	7.282	10.688	Qualificado
5	Paraíba	6	6.853	26.994	Qualificado
6	Pernambuco	6	12.903	77.605	Qualificado
7	Piauí	6	4.637	9.415	Qualificado
8	Rio Grande do Norte	6	6.555	18.260	Qualificado

Lotes	Regiões	Empresas	Número médio de clientes exigidos	Cartas - Banco Comercial e Banco Múltiplo c/ carteira comercial	Resultado
1	Alagoas e Sergipe	6	7.364	28.778	Qualificado
2	Bahia	13	11.498	74.720	Qualificado
3	Ceará	6	11.862	30.622	Qualificado
4	Maranhão	6	7.282	10.425	Qualificado
5	Paraíba	6	6.853	26.175	Qualificado
6	Pernambuco	6	12.903	76.853	Qualificado
7	Piauí	6	4.637	9.217	Qualificado
8	Rio Grande do Norte	6	6.555	17.422	Qualificado

Josemar Rocha

De: rennerlima@bb.com.br

Enviado em: quinta-feira, 27 de janeiro de 2011 11:46

Para: Josemar Rocha

Assunto: Re: EDITAL DE CREDENCIAMENTO - Nº 2010.74200016-SL (7420)

Bom dia, josemar.

Seguem os motivos da não habilitação:

Não constava no SICAF cálculo do índice de boa situação financeira e o Balanço Patrimonial apresentado não está registrado na Junta Comercial. -Atestados válidos apresentados não comprovaram a média mensal mínima exigida de clientes em cobrança para UF do lote.

"Josemar Rocha" <josemar.rocha@kawasakiadvogados.com.br>
01/27/2011 11:30

Para: <rennerlima@bb.com.br>

cc: "cassiano.pinheiro" <cassiano.pinheiro@siscom.com.br>, "Dr. Fábio Borges"
<fabio.borges@kawasakiadvogados.com.br>, <silvio.pacheco@siscom.com.br>, "Alexandre Lima"
<alexandre.lima@siscom.com.br>

cco:

Assunto: EDITAL DE CREDENCIAMENTO - Nº 2010.74200016-SL (7420)

Renner,

Bom Dia,

Poderia me enviar com urgência a ANÁLISE DE DOCUMENTAÇÃO EM SESSÃO INTERNA do Edital abaixo:

Empresa Participante: SISCOM SISTEMA DE COBRANÇA MODULAR.

EDITAL DE CREDENCIAMENTO - Nº 2010.74200016-SL (7420)

Josemar Rocha

Advogado - Filial Recife

((0xx81) 2123-2510

1/2/2011



CREDENCIAMENTO N.º 2010/6264(7418) Centro de Serviços de Logística Brasília(DF); OBJETO: Credenciamento de Pessoas Jurídicas para a prestação de serviços relativos à cobrança extrajudicial de dívidas, nos estados do Goiás, Mato Grosso do Sul e no Distrito Federal; HABILITADAS: Lote 01: 1º Audax Serviços Especializados de Cobrança e Atendimento Ltda; 2º Bandeira Advogados Associados; 3º Bureau de Negócios e Serviços Ltda; 4º Fiducial Consultoria e Serviços Financeiros Ltda; 4º Siscom Sistema de Cobrança Modular Ltda; 6º LS - Cobrança Ltda - EPP; 7º Multicobra Cobrança Ltda; 8º Cobracom Cobrança e Assessoramento Comercial Ltda; 9º MRL - Sistemas de Serviços Especializados Ltda; 10º Aliva Administradora e Recuperadora de Créditos Financeiros Ltda; 11º Autentique Empresarial Ltda; Lote 2: 1º Bureau de Negócios e Serviços Ltda; 2º Bandeira Advogados Associados; 3º Ativa Consultoria Organizacional Ltda; 4º Siscom Sistema de Cobrança Modular Ltda; 5º Multicobra Cobrança Ltda; 6º Ativa Administradora e Recuperadora de Créditos Financeiros Ltda; 7º Cobracom Cobrança e Assessoramento Comercial Ltda; 8º Gel Cobranças Ltda; 9º Cobranças Carvalho Ltda; 9º Eliane Fátima Bernardi ME; 9º Expert Cobranças Serviços de Recup. De Ativos Financeiros Ltda; 9º Rodarte Cobranças Ltda ME; Lote 3: 1º Bureau de Negócios e Serviços Ltda; 2º Bandeira Advogados Associados; 3º Siscom Sistema de Cobrança Modular Ltda; 4º Ativa Administradora e Recuperadora de Créditos Financeiros Ltda; 5º Cobrad Cobranças Dinâmica Ltda; 5º Impacto Assessoria e Consultoria Ltda; 7º Negocial Cobranças Ltda; 8º Alpha Assessoria e Cobrança de Marília Ltda. A partir desta data os autos do processo estão com vista franqueada

VIVIANE BORNIO DE ABREU
Presidente da Comissão de Credenciamento

CREDENCIAMENTO N.º 2010/7419(7419) Centro de Serviços de Logística Curitiba(PR); OBJETO: Credenciamento de Pessoas Jurídicas para prestação de serviços, ao Banco e suas subsidiárias, de cobrança extrajudicial de créditos vencidos oriundos de suas operações de créditos com terceiros, nos Estados do Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, pertencentes à Região 04 do Edital; HABILITADAS: Lote 01: 1º Bureau de Negócios e Serviços Ltda; 2º Bandeira Advogados Associados; 3º Rede Brasil Gestão de Ativos Ltda; 4º Warm Brasil Assessoria Técnica de Cobrança Ltda; 5º Exito Brasil Serviços de Cobranças Ltda; 6º Siscom Sistema de Cobrança Modular Ltda; 7º Feedback Cobrança Brasil Ltda; 8º Maxi Serv Assessoria de Cobrança Ltda; 9º ATN Capital e Participações Ltda; 10º Liderança Serv Especializados em Cobrança S.S. Ltda; 11º MI. Serviços de Cobrança Ltda; 12º Intervalo Cobrança Gestão de Crédito e Call Center; 13º Cobracom Serviços de Cobrança Ltda; 14º Impacto Assessoria e Cobrança Ltda; 15º Winkler e Associados; 16º Kobranzol Cobranças Comerciais Ltda; 17º Cash do Brasil Call Center Ltda; 18º Asejor Cobranças Empresariais Ltda; 19º Contax S.A.; 20º Reaval Cobranças Ltda; 21º MBS Cobranças Ltda; 22º Cobranças Hexacuss S/C Ltda; 23º Paschoalotto Serviços Financeiros Ltda; 24º BL Serviços de Cobrança Ltda; 25º Ativa Administradora e Recuperadora de Crédito; 26º Dax Serviços Ltda; 27º De Marco Recuperação De Créditos Ltda; 27º MWR Assessoria de Cobranças Ltda; 27º Vendramini Prestadora De Serviços S/S Ltda EPP; Lote 02: 1º Bureau de Negócios e Serviços Ltda; 2º Bandeira Advogados Associados; 3º Rede Brasil Gestão de Ativos Ltda; 4º Maxi Serv Assessoria De Cobrança Ltda; 5º Audax Serv Espec De Cobranças E Atendimento Ltda; 6º Exito Brasil Serviços De Cobranças Ltda; 7º Zanc Serviços De Cobrança Ltda; 8º Siscom Sistema De Cobrança Modular Ltda; 9º Liderança Serv Especializados Em Cobrança S.S. Ltda; 10º LCR Cobrança Ltda; 11º LS Cobranças Ltda EPP; 12º Credway Assessoria E Cobrança Ltda; 13º Intervalo Cobrança Gestão De Crédito E Call Center; 13º Winkler e Associados; 15º Kobranzol Cobranças Comerciais Ltda; 16º Cash do Brasil Call Center Ltda; 17º BL Serviços de Cobrança Ltda; 18º Contax S.A.; 19º Reaval Cobranças Ltda; 20º Minecone Advogados SS; 21º Paschoalotto Serviços Financeiros Ltda; 22º Asejor Cobranças Empresariais Ltda; 23º Ativa Administradora e Recuperadora De Crédito; 24º Dax Serviços Ltda; 25º Mandatit Advogados; 26º T&A Assessoria Financeira E Cobrança Ltda; 27º Servicob Serviços de Recuperação de Créditos e Cobranças Ltda; 28º Ferreira e Chagas Advogados; 29º Andrade & Bastos Assessoria de Cobrança Ltda; 30º AGS Cobranças Ltda EPP; 31º Cheque Nobre Mercantil Cobranças Ltda; 32º Águia Assessoria e Recuperadora de Créditos Ltda-ME; 32º Gestão e Cobrança Ltda; 32º MCA Cobranças S/S Ltda; 32º Protea Brasil Cobranças; 32º Radar Serviços de Cobrança Ltda; Lote 03: 1º Bureau de Negócios e Serviços Ltda; 2º Bandeira Advogados Associados; 3º Exito Brasil Serviços de Cobranças Ltda; 4º Maxi Serv Assessoria de Cobrança Ltda; 5º Siscom Sistema de Cobrança Modular Ltda; 6º Liderança Serv Especializados em Cobrança S.S. Ltda; 7º Winkler e Associados; 8º Kobranzol Cobranças Comerciais Ltda; 9º Cash do Brasil Call Center Ltda; 10º Paschoalotto Serviços Financeiros Ltda; 11º Cobracom Serviços de Cobrança Ltda; 12º T&A Assessoria Financeira e Cobrança Ltda; 13º Savas e Bitencourt Advogados Associados; 14º Asejor Cobranças Empresariais Ltda; 15º BL Serviços de Cobrança Ltda; 16º Ativa Administradora e Recuperadora de Crédito; 17º Dax Serviços Ltda; a partir desta data os autos do processo estão com vista franqueada

NOEMI PIOVEZANI
Presidente da Comissão de Credenciamento

RESULTADOS DE JULGAMENTOS

PREGÃO ELETRÔNICO 2010/28858(7418) Centro de Serviços de Logística Brasília(DF); OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de engenharia e de manutenção preventiva, preditiva e corretiva de instalações eletrohidráulicas, equipamentos de apoio e "carro oficina" nas dependências do Banco do Brasil; ADJUDICATÁRIA: União Total Engenharia Ltda. Lotes 01 e 02, Exito Serviços e Construção Ltda. Lote 03

RENATO OLIVEIRA BORGES
Pregoeiro

PREGÃO ELETRÔNICO 2010/29500(7420-9) Centro de Serviços de Logística Recife(PE); OBJETO: Lote 01: Aquisição de telefones analógicos; Lote 03: aquisição de telefones digitais e Lote 06: Aquisição de interfaces. ADJUDICATÁRIA: Ascom Telecomunicações Ltda ME. Lote 02: Aquisição de telefones sem fio ADJUDICATÁRIA: Francisco Rodrigues de Oliveira Comunicações ME. Lote 04: Aquisição de fones de cabeça com fio ADJUDICATÁRIA: Cenel Comercio de Headsets Ltda

TÂNIA SA OLIVEIRA
Pregueira

CONCORRÊNCIA 2010/28599(7418) Centro de Serviços de Logística Brasília(DF); OBJETO: Ata de Registro de Preços para reforma das salas de Telecomunicação e Instalações Elétricas com substituição de racks nas dependências dos Estados de Goiás e Tocantins; VENCEDORA: KMS Instalações Bancárias e Comerciais Ltda; A partir desta data os autos do processo estão com vista franqueada

GUILHERME NERIS DOS SANTOS LUSILLA
Presidente da Comissão de Licitação

RETIFICAÇÕES

No Aviso de Dispensa de Licitação 2010/1903-0112 - 7418, Centro de Serviços de Logística Brasília - DF publicado no D.O.U. de 17.09.2010, Seção 3, Página 119, onde se lê locação, leia-se contratação de nova locação
No Aviso de Dispensa de Licitação para locação de bem imóvel 2010/7419-0339 Centro de Serviços de Logística Curitiba(PR) publicado no D.O.U. de 10.11.2010, Seção 03, Página 099, onde se lê: pelo período de 120 meses, leia-se: pelo período de 60 meses

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A

EXTRATOS DE CONVÊNIOS

ESPÉCIE: Convênio de Assistência Técnica e Financeira; **PARTES:** Banco do Nordeste do Brasil S.A. - BNB - CNPJ 07.237.373/0001-20 e Centro de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável do Semáforo - CACTUS - CNPJ 05.677.031/0001-03; **OBJETO:** Colaboração financeira do BNB e o CACTUS, visando à realização do projeto "PRODUÇÃO DE OLEAGINOSAS EM SISTEMAS AGROFLORESTAIS NO TERRITÓRIO SECTOR DE CANINDE-CE"; **FONTE DE RECURSOS:** Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FUNDEC; **VALOR GLOBAL:** R\$ 79.335,00; **VIGÊNCIA:** 36 meses a contar da data de assinatura; 25/01/2011; **ENQUADRAMENTO LEGAL:** Lei nº 8.666/93; **SIGNATÁRIOS:** Isidro Moraes de Siqueira - Superintendente do BNB; Rosanna Magalhães Farias - Presidente da CACTUS;
ESPÉCIE: Convênio de Assistência Técnica e Financeira; **PARTES:** Banco do Nordeste do Brasil S.A. - BNB - CNPJ 07.237.373/0001-20 e Centro de Treinamento e Desenvolvimento - CETREDE - CNPJ 07.875.818/0001-05; **OBJETO:** Colaboração financeira do BNB e o CETREDE, visando à realização do projeto "O SERTÃO DENTRO DA GENTE A VIDA E A RESISTÊNCIA DAS POPULAÇÕES NOS ESPAÇOS DESERTIFICADOS NO SEMÁFORO CEARENSE"; **FONTE DE RECURSOS:** Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FUNDEC; **VALOR GLOBAL:** R\$ 79.120,00; **VIGÊNCIA:** 6 meses a contar da data de assinatura; 25/01/2011; **ENQUADRAMENTO LEGAL:** Lei nº 8.666/93; **SIGNATÁRIOS:** Isidro Moraes de Siqueira - Superintendente do BNB; Francisco de Assis Melo Lima - Diretor Presidente do CETREDE

EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

ESPÉCIE: Primeiro Aditivo ao Convênio BNB/ACEP - COMPARAÇÃO DO POTENCIAL ANTI-OXIDANTE DE FRUTOS PRODUZIDOS EM SISTEMAS ORGÂNICOS E TRADICIONAL NA REGIÃO DO CARIRI-CE, VISANDO A AGREGAÇÃO DE VALOR NUTRICIONAL E ECONÔMICO, que entre si celebraram o Banco do Nordeste do Brasil S.A. - BNB - CNPJ 07.237.373/0001-20; Associação Cearense de Estudos e Pesquisas - ACEP - CNPJ 01.921.606/0001-22; **OBJETO:** Prorrogação da vigência de que trata a Cláusula Sétima - Prazo de Vigência, do instrumento original, passando a ter início em 4/2/2009 e término em 04/02/2012; **DATA DE ASSINATURA:** 3/2/2011; **FUNDAMENTO LEGAL:** Lei 8666/93; **SIGNATÁRIOS:** Isidro Moraes de Siqueira - Superintendente do BNB; Sérgio Vitorino Bezerra Nogueira - Presidente da ACEP;
ESPÉCIE: Primeiro Aditivo ao Convênio BNB/CETREDE - EDIFICAÇÃO DA REVISTA CIENTÍFICA TENSÕES MUNDIAIS, que entre si celebraram o Banco do Nordeste do Brasil S.A. - BNB - CNPJ 07.237.373/0001-20; Centro de Treinamento e Desenvolvimento - CETREDE - CNPJ 07.875.818/0001-05; **OBJETO:** Prorrogação da vigência de que trata a Cláusula Sétima - Prazo de Vigência, do

instrumento original, passando a ter início em 15/7/2009 e término em 15/07/2011; **DATA DE ASSINATURA:** 12/1/2011; **FUNDAMENTO LEGAL:** Lei 8666/93; **SIGNATÁRIOS:** Isidro Moraes de Siqueira - Superintendente do BNB; Francisco de Assis Melo Lima - Diretor Executivo do CETREDE

AVISOS DE LICITAÇÃO PREGÃO Nº 11/2011

Objeto: Pregão Eletrônico - Licenciamento de solução tecnológica para Governança de Serviços e Ativos de software, incluindo os serviços de atualização de versões e suporte técnico pelo período de 12 (doze) meses, bem como os serviços de implantação, treinamento e mentoria. Total de Itens Licitados: 00001. Edital: 28/01/2011 de 08h00 às 17h00. **ENDEREÇO:** Av. Pedro Ramalho, 5700 Bloco E1 - Térreo. Passaré - FORTALEZA - CE. Entrega das Propostas: a partir de 28/01/2011 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 10/02/2011 às 11h00 site www.comprasnet.gov.br

(SIDEI - 27/01/2011)

PREGÃO Nº 12/2011

Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de Preços para eventual aquisição de aparelhos de ar condicionado tipo Split System piso-teto/pareda e aparelhos tipo janela. Total de Itens Licitados: 00012. Edital: 28/01/2011 de 08h00 às 17h00. **ENDEREÇO:** Av. Pedro Ramalho, 5700 Bloco E1-Térreo. Passaré - FORTALEZA - CE. Entrega das Propostas: a partir de 28/01/2011 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 10/02/2011 às 14h00 site www.comprasnet.gov.br

(SIDEI - 27/01/2011)

PREGÃO Nº 13/2011

Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação dos serviços de Transporte de Valores da Agência do Banco do Brasil para a Agência do Banco do Nordeste em Brejo Santo-CE e Corrento-PI. Total de Itens Licitados: 00002. Edital: 28/01/2011 de 08h00 às 17h00. **ENDEREÇO:** Av. Pedro Ramalho, 5700. Bloco E-1 térreo. Passaré - FORTALEZA - CE. Entrega das Propostas: a partir de 28/01/2011 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 11/02/2011 às 11h00 site www.comprasnet.gov.br

JOAQUIM SALDANHA DE BRITO FILHO
Pregoeiro

(SIDEI - 27/01/2011)

TOMADA DE PREÇOS Nº 14/2010

Objeto: Contratação dos serviços de obra de reforma do prédio da Agência Simões Filho-BA e nova Unidade do Crediamigo, com acesso independente da agência. Recebimentos de envelopes até às 17h do dia 15/02/2011. Abertura dia 16.02.2011, às 10h. Edital disponível no site: <http://www.bnb.gov.br>. Informações (085) 3299-3352/3299-3290 e e-mail: colic@bnb.gov.br

TOMADA DE PREÇOS Nº 15/2010

Objeto: Contratação dos serviços de consultoria econômica para a elaboração de estudo sobre análises e projeções dos principais indicadores macroeconômicos, para balizar estudos do ETENE sobre cenários econômicos da economia mundial, brasileira e do Nordeste. Abertura dia 02.03.2011, às 10h. Edital disponível no site: <http://www.bnb.gov.br>. Informações (085) 3299-3352/3299-3290 e e-mail: colic@bnb.gov.br

COMISSÃO DE LICITAÇÃO

AVISO DE PENALIDADE

O Banco do Nordeste do Brasil S.A., comunica a RESCISÃO CONTRATUAL cominada com a aplicação das sanções de MULTA e IMPEDIMENTO DE LICITAR E DE CONTRATAR COM A UNIÃO E DESCREDENCIAMENTO NO SICAF PELO PRAZO DE 2 (DOIS) ANOS, à empresa CLICHENEN SERVIÇOS GRÁFICOS LTDA - EPP, CNPJ nº 04.702.829/0001-97, através do PA 2010/257-511, em razão de irregularidades cometidas durante a execução do Contrato Administrativo nº 2010/116, com amparo no art. 7º da Lei nº 10.520/02. Célula de Licitações e Contratos.

HAROLD MAIA JÚNIOR
Gerente Executivo

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO Nº 169/2010

Objeto: Aquisição de materiais hidrossanitários. Resultado: ANULADA.

MARIA LUCIA DE SOUSA FAUTH
Pregoeira

(SIDEI - 27/01/2011)

TERMO DE ABERTURA

LIVRO N°. 000016

Contém este livro 000780 páginas numeradas seguidamente de número 000369 a 000780 e servirá de livro diário número 000016 da empresa SISCOM SISTEMA DE COBRANÇA MODULAR LTDA, estabelecida em São Paulo, registrada sob número 009768 em 16/01/2006 e inscrita no CNPJ(MF) número 01.550.933/0001-15

Declaramos sob pena de responsabilidade que foram escrituradas páginas de número 000369 a 000780 de acordo com a instrução normativa N°. 3 de 19/08/86 baixada pelo diretor regional do registro do comércio, que autoriza a escrituração mercantil pelo sistema de processamento por computador.

São Bernardo do Campo

, 01 de Julho de 2009

Claudio Kazuyoshi Kawasaki

CLAUDIO KAZUYOSHI KAWASAKI

CPF: 112.086.028-88

Paulo Tadeu Franco de Godoi

PAULO TADEU FRANCO DE GODOI

TC CRC - 1SP137348/9-0

Cartório

Oficial de Registro Civil

1.º Subdistrito da Sede

Deliberação n.º 03/70-27/03/70

JUCESP

TERMO DE AUTENTICAÇÃO

Declaro exatos termos da
abertura e encerramento deste
LIVRO

por mim autenticados e registrados

sob o nº 3127

São Paulo, 29 ABR 2010

Autenticador

Dr. José Carlos de Jesus P. da Silva
Felipe dos Santos
OAB/SP 123.456

3.º TABELIÃO DE NOTAS
SÃO BERNARDO DO CAMPO - FONE: 436 5822
Avenida Senador Vergueiro, 4808 - Rudge
JOSÉ CARLOS DE MELO MOURA - Tabu
AUTENTICAÇÃO

S.B. CAMPU 26 JAN. 2011

Autentico a presente cópia reprográfica a qual contém o original apresentado do que dou fé.

☐ Mariana Maria Mello
☐ Daniela Regina Mattos

0981AC458428

TERMO DE ENCERRAMENTO

LIVRO N°. 000016

Contém este livro 000780 páginas numeradas seguidamente de número 000369 a 000780 e servirá de livro diário número 000016 da empresa **SISCOM SISTEMA DE COBRANÇA MODULAR LTDA**, estabelecida em **DOUTOR RUDGE RAMOS**, Número 505, registrada sob número 009768 em 16/01/2006 e inscrita no 2º OFICIAL DE REGISTRO DE TIT. E DOCTOS DE SBC CNPJ(MF) número 01.550.933/0001-15

Declaramos sob pena de responsabilidade que foram escrituradas páginas de número 000369 a 000780 de acordo com a instrução normativa N°. 3 de 19/08/86 baixada pelo diretor regional do registro do comércio, que autoriza a escrituração mercantil pelo sistema de processamento por computador.

São Bernardo do Campo

, 31 de Dezembro de 2009

Cláudio Kazuyoshi Kawasaki

CLÁUDIO KAZUYOSHI KAWASAKI

CPF: 112.066.028-88

Paulo Tadeu Franco de Godoi

PAULO TADEU FRANCO DE GODOI

TC CRC - 1SP137348/O-0

OFICIAL REGISTRO CIVIL
Santo André - SEDE

29 ABR 2010
JULGAD - AUT. L. 1.000

3.º TABELIÃO DE NOTAS	
SÃO BERNARDO DO CAMPO - FONE: 4367-5516	
Avenida Senador Vergueiro, 4808 - Rudge Ramos	
JOSE CARLOS DE MELO MOURA - Tabelião	
AUTENTICAÇÃO	
S.B. CAMPO	26 JAN. 2011
Autentico a presente cópia reprografiada e sua autenticidade original apresentada de duas cópias	
<input type="checkbox"/> Monica Pariz Maitte	<input type="checkbox"/> Daiane Regina Mattes

ATESTADO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COBRANÇA DE DÍVIDAS

Atestamos, para fins de comprovação junto ao **Banco do Brasil S.A.**, que a empresa **Siscom Sistema de Cobrança Modular Ltda**, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o nº 01.550.933/0001-15, com sede e foro na Av. Doutor Rudge Ramos, 505, Rudge Ramos, São Bernardo do Campo (SP), CEP 09637-000, tem contratos vigentes junto ao BANCO DO BRASIL S.A., CNPJ nº 00.000.000/0001-91, situado no Setor Bancário Sul, Quadra 1, Bloco C, Lote 32, Edifício Sede III, CEP 70.073-901, Brasília (DF), firmados em 05/06/2009 (AC, AM e RR e TO – clientes correntistas) e em 19/06/2009 (Clientes Não Correntistas), para prestação de serviços de cobrança extrajudicial de créditos inadimplidos de clientes correntistas e não correntistas, atuando nas Unidades Federativas do País abaixo relacionadas, com as respectivas quantidades médias de clientes cobrados mensalmente nos últimos 12 meses:

- Clientes Correntistas:

- | | |
|-------------------|--------------------|
| • Acre: 1.893 | • Roraima: 1.752 |
| • Amazonas: 6.500 | • Tocantins: 4.323 |

- Clientes Não Correntistas:

- | | | |
|-------------------------|---------------------------|----------------------------|
| • Acre: 2 | • Maranhão: 97 | • Rio de Janeiro: 1.779 |
| • Alagoas: 406 | • Mato Grosso: 815 | • Rio Grande do Norte: 498 |
| • Amapá: 190 | • Mato Grosso do Sul: 569 | • Rio Grande do Sul: 276 |
| • Amazonas: 5 | • Minas Gerais: 1.021 | • Rondônia: 11 |
| • Bahia: 2.970 | • Pará: 647 | • Roraima: 5 |
| • Ceará: 1.332 | • Paraíba: 1.285 | • Santa Catarina: 609 |
| • Distrito Federal: 387 | • Paraná: 491 | • São Paulo: 3.672 |
| • Espírito Santo: 124 | • Pernambuco: 1.390 | • Sergipe: 245 |
| • Goiás: 1.236 | • Piauí: 103 | • Tocantins: 101 |

Brasília (DF), 12 de novembro de 2010.


Banco do Brasil S.A.
Diretoria de Reestruturação de Ativos Operacionais


Rodolfo Scheidemantel Neto

Gerente

Fone: (61) 3310-3621

Fax: (61) 3310-3853


Amanda Barbosa de Oliveira
Assessora

3.º TABELIAO DE NOTAS
SÃO BERNARDO DO CAMPO - FONE: 4367-5922
Avenida Senador Vergueiro, 4808 - Rudge Ramos
JOSE CARLOS DE MELO MOURA - Tabelião
AUTENTICAÇÃO

S.B.CAMP. 07 DEZ. 2010

Autentico a presente copia xerografica a qual contee original apresentado do que fica fo

☐ Monica Pariz Maluta
☐ Darlene Regina Mattes

0961AC427006

ATESTADO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**Banco Itaú S.A.**

São Paulo, 19 de Novembro de 2010

Atestamos a pedido do interessado e, para todos os efeitos e fins que a empresa Siscom Sistema de Cobrança Modular Ltda, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 01.550.933/0001-15, sediada na Av. Doutor Rudge Ramos 505 – São Bernardo do Campo/SP presta serviços profissionais de cobrança extrajudicial de crédito vencidos para esta instituição, nas regiões abaixo discriminadas por mais de 12 meses, demonstrando total aptidão e domínio da matéria, não havendo até a presente data nada que a desabone. Seguem as quantidades e regiões:

UF	Qtde CPF nos últimos 12 meses	Média Mensal	Início Atuação
AC	27	2	dez/05
AL	8.632	719	dez/05
AM	10.028	836	dez/05
AP	639	53	dez/05
BA	48.244	4020	dez/05
CE	16.856	1405	dez/05
DF	22.477	1873	dez/05
ES	24.331	2028	dez/05
GO	27.819	2318	dez/05
MA	6.266	522	dez/05
MG	178.686	14891	dez/05
MS	13.747	1146	dez/05
MT	9.318	777	dez/05
PA	7.096	591	dez/05
PB	12.079	1007	dez/05
PE	54.766	4564	dez/05
PI	3.386	282	dez/05
PR	75.780	6315	dez/05
RJ	372.963	31080	dez/05
RN	9.916	826	dez/05
RO	1.589	132	dez/05
RR	342	29	dez/05
RS	102.463	8539	dez/05
SC	32.349	2696	dez/05
SE	6.136	511	dez/05
SP	550.124	45844	dez/05
TO	1.077	90	dez/05

Cliente: Banco Itaú Unibanco**CNPJ:** 60.701.190/0001-04**Nome:** Kleber Roberto Panzarini**Cargo:** Coordenador de Cobrança**Telefone:** 11 2794-4108**Fax:** 11 5019-6815

Kleber R. Panzarini
Func.: 004140083

Banco Itaú S.A.

Praça Alfredo Egydio de
Souza Aranha, 100 Torre Itaúsa
04344 902 São Paulo SP
www.itaubr



ATESTADO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

São Paulo, 19 de Novembro de 2010

Atestamos a pedido do interessado e, para todos os efeitos e fins que a empresa Siscom Sistema de Cobrança Modular Ltda, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 01.550.933/0001-15, sediada na Av. Doutor Rudge Ramos 505 – São Bernardo do Campo/SP presta serviços profissionais de cobrança extrajudicial de crédito vencidos para esta instituição, nas regiões abaixo discriminadas por mais de 12 meses, demonstrando total aptidão e domínio da matéria, não havendo até a presente data nada que a desabone. Seguem as quantidades e regiões:

UF	Qtde CPF nos últimos 12 meses	Média Mensal	Início Atuação
AC	7351	613	Out/03
AL	28669	2389	Out/03
AM	47477	3956	Out/03
AP	13809	1151	Out/03
BA	121259	10105	Out/03
CE	41803	3484	Out/03
DF	62277	5190	Out/03
ES	50111	4176	Out/03
GO	64797	5400	Out/03
MA	34095	2841	Out/03
MG	371822	30985	Out/03
MS	37287	3107	Out/03
MT	36884	3074	Out/03
PA	50492	4208	Out/03
PB	71710	5976	Out/03
PE	213856	17821	Out/03
PI	17020	1418	Out/03
PR	148731	12394	Out/03
RJ	564059	47005	Out/03
RN	30400	2533	Out/03
RO	11762	980	Out/03
RR	8401	700	Out/03
RS	160161	13347	Out/03
SC	89325	7444	Out/03
SE	17796	1483	Out/03
SP	1245518	103793	Out/03
TO	15619	1302	Out/03

Cliente: Banco Santander S/A

CNPJ: 90.400.888/0001-42

Nome: Carlos Alberto Silva

Cargo: Gerente de Recuperação de Crédito

Telefone: (11) 2596-6241

Fax: ----

Carlos Alberto Silva
Gerente de Recup. de Crédito
604757



ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

EMITENTE: BANCO ITAUCARD / CNPJ: 17.192.451/0001-70;
ENDEREÇO: Al. Pedro Calil, 483, Vila das Acácias, POÁ - SP

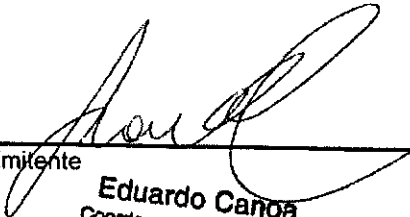
REPRESENTANTE: EDUARDO CANOA - COORDENADOR DE COBRANÇA
CONTATO: 11 2183-7226 / FAX: 11 2183-5550 / CPF: 259.055.028-62 / RG: 25.559.781-2

Atestamos, para fins de comprovação, que a empresa **SISCOM – SISTEMA DE COBRANÇA MODULAR LTDA**, com sede em São Bernardo do Campo (SP) na Av Dr. Rudge Ramos, 505, Centro, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) sob nº. 01.550.933/0001-15, presta serviços de COBRANÇA EXTRAJUDICIAL DE DÍVIDAS, desde 30/04/2008 ininterruptamente, realizando cobrança de devedores dos estados abaixo informados e apresentando as seguintes quantidades médias mensais de clientes:

UF	Média Mensal
AC	842
AL	5.292
AM	9.210
AP	1.368
BA	26.184
CE	15.586
DF	7.919
ES	6.340
GO	5.499
MA	4.081
MG	21.756
MS	4.391
MT	2.936
PA	5.892
PB	4.991
PE	19.283
PI	4.379
PR	22.576
RJ	93.044
RN	7.273
RO	990
RR	134
RS	28.736
SC	7.078
SE	2.632
SP	106.226
TO	278
TOTAL	414.916

São Paulo, 30 de Novembro de 2.010.

Assinatura do Representante da Empresa Emitente


Eduardo Canoa
Coordenador de Cobrança
Func:006335822



ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

EMITENTE: HIPERCARD BANCO MULTIPLO S/A

CNPJ: 03.012.230/0001-69;

ENDEREÇO: Rua Ernesto de Paula Santos, Nº 187 - Ed. Excelsior - Boa Viagem - Recife/PE

REPRESENTANTE: EDUARDO CANOA - COORDENADOR DE COBRANÇA

CONTATO: 11 2183-7226 / FAX: 11 2183-5550 / CPF: 259.055.028-62 / RG: 25.559.781-2

Atestamos, para fins de comprovação, que a empresa **SISCOM - SISTEMA DE COBRANÇA MODULAR LTDA**, com sede em São Bernardo do Campo (SP) na Av Dr. Rudge Ramos, 505, Centro, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) sob nº. 01.550.933/0001-15, presta serviços de COBRANÇA EXTRAJUDICIAL DE DÍVIDAS, desde 30/04/2008 ininterruptamente, realizando cobrança de devedores dos estados abaixo informados e apresentando as seguintes quantidades médias mensais de clientes:

UF	Média Mensal
AC	3
AL	10.500
AM	11
AP	5
BA	31.441
CE	8.815
DF	459
ES	768
GO	699
MA	2.884
MG	1.626
MS	113
MT	12
PA	36
PB	12.916
PE	33.795
PI	3.035
PR	6.105
RJ	3.037
RN	6.292
RO	8
RR	5
RS	16.480
SC	3.613
SE	4.601
SP	16.317
TO	12
TOTAL	163.588

São Paulo, 30 de Novembro de 2.010.

Assinatura do Representante da Empresa Emitente da Declaração


Eduardo Canoa
Coordenador de Cobrança
Func:006335922

PERNAMBUCANASPERNAMBUCANAS FINANCIADORA S.A.
Crédito, Financiamento e InvestimentoRua da Consolação, 2411
01301-909 São Paulo SPFone 11 3150 8500
Fax 11 3150 8464

São Paulo, 01 de dezembro de 2010.

ATESTADO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Atestamos a pedido do interessado e, para todos os efeitos e fins que a empresa **Siscom Sistema de Cobrança Modular Ltda**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 01.550.933/0001-15, sediada Av. Doutor Rudge Ramos 505 - São Bernardo do Campo/SP presta serviços profissionais de recuperação de crédito desde janeiro 2006, em abrangência Nacional, com volume aproximado de 130 mil títulos distribuídos conforme descritivo abaixo, demonstrando total aptidão e domínio, não havendo até a presente data nada que a desabone.

UF	QTD	UF	QTD	UF	QTD
AL	3	MA	1	PR	22314
AM	1	MG	4260	RJ	65
BA	22	MS	1305	RN	2
CE	2	MT	1120	RO	4
DF	4	PA	4	RS	11
ES	3	PB	6	SC	5190
GO	353	PE	10	SE	2
TO	5	PI	1	SP	94446

Sem mais,


Atenciosamente

Empresa : Arthur Lundgren Tecidos S/A
CNPJ: 61099834/0078-70
Rua da Consolação, 2411, Consolação, São Paulo, SP

Nome : Cristiano Teixeira Carvalho
Cargo: Gerente de Seção
Telefone: 11 2122-9231

ATESTADO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

São Paulo, 19 de Novembro de 2010

Atestamos a pedido do interessado e, para todos os efeitos e fins que a empresa Siscom Sistema de Cobrança Modular Ltda, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 01.550.933/0001-15, sediada na Av. Doutor Rudge Ramos 505 – São Bernardo do Campo/SP presta serviços profissionais de cobrança extrajudicial de crédito vencidos para esta instituição, nas regiões abaixo discriminadas por mais de 12 meses, demonstrando total aptidão e domínio da matéria, não havendo até a presente data nada que a desabone. Seguem as quantidades e regiões:

UF	Qtde CPF nos últimos 12 meses	Média Mensal	Início Atuação
AC	383	32	Ago/08
AL	372	31	Ago/08
AM	6924	577	Ago/08
AP	440	37	Ago/08
BA	9375	781	Ago/08
CE	3265	272	Ago/08
DF	9100	758	Ago/08
ES	8032	669	Ago/08
GO	16134	1345	Ago/08
MA	1279	107	Ago/08
MG	57707	4809	Ago/08
MS	13257	1105	Ago/08
MT	13500	1125	Ago/08
PA	4761	397	Ago/08
PB	5265	439	Ago/08
PE	4687	391	Ago/08
PI	81	7	Ago/08
PR	10801	900	Ago/08
RJ	173962	14497	Ago/08
RN	6517	543	Ago/08
RO	275	23	Ago/08
RR	184	15	Ago/08
RS	10449	871	Ago/08
SC	22212	1851	Ago/08
SE	1165	97	Ago/08
SP	63344	5279	Ago/08
TO	1184	99	Ago/08

Cliente: BV FINANCEIRA S/A CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

CNPJ: 01.550.933/0003-40

Nome: Marcelo Augusto Souza

Cargo: Gerente

Telefone: 11 3371-7902

Fax: 11 3371-7972



ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

EMITENTE: LUIZACRED SA SOCIEDADE DE CREDITO, FINANCIAMENTO & INVESTIMENTO LTDA
CNPJ: 02.206.577/0001-80;
ENDEREÇO: Rua Gomes de Carvalho, 1510, 5º andar, Vila Olimpia, São Paulo/SP

REPRESENTANTE: EDUARDO CANOA - COORDENADOR DE COBRANÇA
CONTATO: 11 2183-7226 / FAX: 11 2183-5550 / CPF: 259.055.028-62 / RG: 25.559.781-2

Atestamos, para fins de comprovação, que a empresa **SISCOM – SISTEMA DE COBRANÇA MODULAR LTDA**, com sede em São Bernardo do Campo (SP) na Av Dr. Rudge Ramos, 505, Centro, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) sob nº. 01.550.933/0001-15, presta serviços de COBRANÇA EXTRAJUDICIAL DE DÍVIDAS, desde 30/04/2008 ininterruptamente, realizando cobrança de devedores dos estados abaixo informados e apresentando as seguintes quantidades médias mensais de clientes:

UF	Média Mensal
AL	1
BA	1
CE	-
DF	1
ES	-
GO	13
MA	-
MG	378
MS	84
MT	-
PA	-
PB	-
PE	-
PR	204
RJ	1
RO	-
RR	1
RS	214
SC	137
SE	1
SP	1.006
TO	-
Total	2.042

São Paulo, 30 de Novembro de 2.010.

Assinatura do Representante da Empresa Emitente


Eduardo Canoa
Coordenador de Cobrança
Func:006335822



ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

EMITENTE: FINANCEIRA ITAÚ CBD SA – CRÉDITO, FINANCIAMENTO & INVESTIMENTOS
CNPJ: 06.881.898/0001-30;
ENDEREÇO: Pça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100 - Torre Conceição - Pq Jabaquara – SP

REPRESENTANTE: EDUARDO CANOA - COORDENADOR DE COBRANÇA
CONTATO: 11 2183-7226 / FAX: 11 2183-5550 / CPF: 259.055.028-62 / RG: 25.559.781-2

Atestamos, para fins de comprovação, que a empresa **SISCOM – SISTEMA DE COBRANÇA MODULAR LTDA**, com sede em São Bernardo do Campo (SP) na Av Dr. Rudge Ramos, 505, Centro, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) sob nº. 01.550.933/0001-15, presta serviços de COBRANÇA EXTRAJUDICIAL DE DÍVIDAS, desde 30/04/2008 ininterruptamente, realizando cobrança de devedores dos estados abaixo informados e apresentando as seguintes quantidades médias mensais de clientes:

UF	Média Mensal
AC	1
AL	5
AM	2
AP	1
BA	1.227
CE	22
DF	7.933
ES	1.695
GO	5.407
MA	12
MG	26.066
MS	11
MT	1.881
PA	12
PB	14
PE	23
PI	11
PR	3.273
RJ	59.484
RN	13
RO	6
RR	1
RS	8.362
SC	2.956
SE	4
SP	24.201
TO	5
TOTAL	142.628

São Paulo, 30 de Novembro de 2010.

Assinatura do Representante da Empresa Emitente da Declaração


Eduardo Canoa
Coordenador de Cobrança
Func:008335822

ATESTADO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

São Paulo, 19 de Novembro de 2010

Atestamos a pedido do interessado e, para todos os efeitos e fins que a empresa **Siscom Sistema de Cobrança Modular Ltda**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 01.550.933/0001-15, sediada na Av. Doutor Rudge Ramos 505 – São Bernardo do Campo/SP presta serviços profissionais de cobrança extrajudicial de crédito vencidos para esta instituição, nas regiões abaixo discriminadas por mais de 12 meses, demonstrando total aptidão e domínio da matéria, não havendo até a presente data nada que a desabone. Seguem as quantidades e regiões:

UF	Qtde CPF nos últimos 12 meses	Média Mensal	Início Atuação
AL	2461	205	Fev/08
AM	1181	98	Fev/08
AP	997	83	Fev/08
BA	6118	510	Fev/08
CE	4308	359	Fev/08
DF	8146	679	Fev/08
ES	3220	268	Fev/08
GO	11143	929	Fev/08
MA	1711	143	Fev/08
MG	33515	2793	Fev/08
MS	2560	213	Fev/08
MT	4420	368	Fev/08
PA	1741	145	Fev/08
PB	4314	360	Fev/08
PE	3933	328	Fev/08
PI	2149	179	Fev/08
PR	29050	2421	Fev/08
RJ	51010	4251	Fev/08
RN	3355	280	Fev/08
RO	1728	144	Fev/08
RR	36	3	Fev/08
RS	115038	9587	Fev/08
SC	15793	1316	Fev/08
SE	1378	115	Fev/08
SP	470777	39231	Fev/08
TO	8663	722	Fev/08

Cliente: Recovery do Brasil Consultoria Ltda

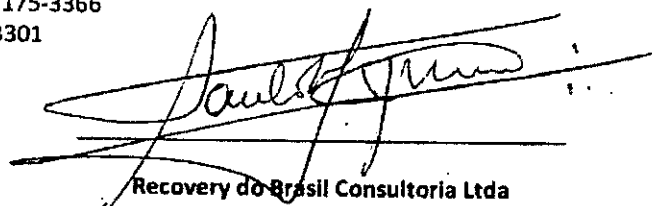
CNPJ: 05.032.035/0001-26

Nome: Paulo Antônio Gaspar

Cargo: C.E.O

Telefone: (11) 3175-3366

Fax: (11) 3175-3301



Recovery do Brasil Consultoria Ltda